

LEI ORDINÁRIA Nº 15.697, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

ALTERA A LEI Nº 15.481, DE 19 DE MARÇO DE 2025, PARA AUTORIZAR A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PROVENIENTES DE FINANCIAMENTO PACTUADO COM O BANCO DE BRASÍLIA — BRB TAMBÉM À EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, BEM COMO PARA MODIFICAR AS FORMAS E OS TIPOS DE GARANTIAS EXIGIDAS NA REFERIDA OPERAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 15.481, de 19 de março de 2025, para autorizar a destinação dos recursos financeiros provenientes do financiamento pactuado com o Banco de Brasília — BRB também à execução de obras de recapeamento asfáltico, bem como para modificar as formas e os tipos de garantias exigidas na referida operação.

Art. 2º O art. 1º e o respectivo Parágrafo Único da Lei nº 15.481, de 19 de março de 2025, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar e garantir o financiamento, junto ao Banco de Brasília, até o valor de R\$100.000.000,00 (Cem milhões de reais), nos termos da Resolução CMN nº 4.563, de 31.03.2017 e suas alterações, que serão destinados à construção de Obras de Recapeamento Asfáltico, Drenagem e Pavimentação na cidade de João Pessoa - Paraíba, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e suas alterações, bem como as disposições legais em vigor para contratação de Operações de Crédito, as normas do Banco de Brasília — e as condições específicas.

Parágrafo Único. Os recursos financeiros resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados em Construções de Obras de Recapeamento Asfáltico, Drenagem e Pavimentação na cidade de João Pessoa - Paraíba.”

Art. 3º O art. 2º da Lei nº 15.481, de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo “pro solvendo”, as receitas discriminadas no § 4º do art. 167 da Constituição Federal, no que couber, bem como outras garantias admitidas em direito.”

Art. 4º Ficam revogados os §§ 1º, 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 15.481 de 20 de março de 2025.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, em 19 de novembro de 2025; 137ª da República.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

Autoria: Executivo Municipal



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 831F-79A3-27B1-87D6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 18/11/2025 22:09:00 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/831F-79A3-27B1-87D6>

SEAD

PORTARIA Nº 1186

Em, 14 de novembro de 2025

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência no Decreto nº. 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 138.325/2025.

RESOLVE: de acordo com os artigos 8º e 19 § 1º da Lei Complementar nº 60/10, conceder a servidora ELISÂNGELA DE SOUZA FREITAS, matrícula nº 24.344-2 ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA I, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, progressão funcional vertical da classificação 1.11.1.2.8 para classificação 1.11.1.3.1.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 05 de setembro de 2025.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: CE38-8F75-A494-7E86

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 18/11/2025 16:53:43 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/CE38-8F75-A494-7E86>



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de João Pessoa

Prefeito: Cícero de Lucena Filho

Vice-Prefeito: Leopoldo Araújo Bezerra Cavalcanti

Sec. de Gestão Governamental: Rougier Xavier Guerra Júnior

Secretaria de Administração: Ariosvaldo de Andrade Alves

Secretaria de Saúde: Luis Ferreira de Sousa Filho

Secretaria de Educação: Maria América Assis de Castro

Secretaria de Planejamento: Ayrton Lins Falcão Filho

Secretaria de Finanças: Bruno Sítio Fialho de Oliveira

Secretaria de Desenv. Social: Norma Wanderley da Nóbrega Gouveia

Secretaria de Habitação: Maria Socorro Gadelha

Secretaria de Comunicação: Janildo Jerônimo da Silva

Controlad. Geral do Município: Diego Fabricio Cavalcanti de Albuquerque

Sec. de Direitos Humanos: Marcio Diego Fernandes Tavares de Albuquerque

Procuradoria Geral do Município: Bruno Augusto Albuquerque da Nobrega

Sec. de Proteção e Defesa do Consumidor: Jair de Queiroz Pires Júnior

Sec. Munic. de Serv. Urbanos e Zeladoria:

Secretaria de Cuidado e Proteção Animal:

Sec. Munic. Preserv. Revital. e Inov. do Centro Histórico: Thiago N. de Lucena

Secretaria da Receita: Sebastião Feitosas Alves

Secretaria da Infra Estrutura: Rubens Falcão da Silva Neto

Sec. de Desenvolvimento Econômico do Trabalho: Bruno Farias de Paiva

Sec. Juventude, Esporte e Recreação: José Freire Costa

Secretaria de Turismo: Vitor Hugo Peixoto Castellano

Sec. de Políticas Públicas das Mulheres: Simone Rachel Guedes da Silva Santos

Sec. de Desenvolvimento Urbano: Marmuthe de Souza Cavalcante

Sec. da Ciência e Tecnologia: Guido Lemos de Souza Filho

Secretaria de Meio Ambiente: Welison Araújo Silveira

Sec. de Segurança Urbana e Cidadania:

Secretaria da Defesa Civil: Kelson de Assis Chaves

Suprinter. de Mobilidade Urbana: Marclio Pedro Siqueira Ferreira

Autarqu. Esp. Munic. de Limp. Urbana: Ricardo Jose Veloso

Instituto de Previdência do Munic.: Caroline Ferreira Aguiar

Fundação Cultural de João Pessoa: Antônio Marcus Alves de Souza

DIÁRIO
OFICIAL

Agente de Registros e Publicações - Orleide Maria de O. Leão
Designer Gráfico - Emilson Diniz e Fábio Evangelista

Unidade de Atos Oficiais - Secretaria de Gestão Governamental
Praça Pedro Américo, 70 - Cep: 58.010-340
Pabx: 83 3218.9765 - Fax 83 3218.9766
diariopmj@gmail.com

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa
Criado pela Lei Municipal nº 14.457, de 22 de março de 2022
Centro Administrativo Municipal
Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - Cep: 58.053-900
Fone: 3128.9038 - e-mail: sead@joapessoa.pb.gov.br

PORTARIA Nº 1187

Em, 14 de novembro de 2025

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência no Decreto nº. 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 143.773/2025.

RESOLVE: de acordo com os artigos 8º e 19 § 1º da Lei Complementar nº 60/10, conceder ao servidor GUVANDRO CAVALCANTI DE VASCONCELOS, matrícula nº 103.033-9 ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA II, lotado na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, progressão funcional vertical da classificação 1.11.2.1.1 para classificação 1.11.2.2.1.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 15 de setembro de 2025.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES

Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3846-8702-DF2E-C0A0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 18/11/2025 16:53:34 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/3846-8702-DF2E-C0A0>

PORTARIA Nº 1188

Em, 15 de novembro de 2025

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência no Decreto nº. 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 125.329/2025.

RESOLVE: de acordo com os artigos 8º e 19 § 1º da Lei Complementar nº 60/10, conceder a servidora AMANDA FERREIRA BARBOSA, matrícula nº 82.347-3 ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA I, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, progressão funcional vertical da classificação 1.11.1.3.2 para classificação 1.11.1.4.1.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 19 de agosto de 2025.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES

Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CC9B-ED31-2BA0-9DAC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 18/11/2025 16:53:47 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC9B-ED31-2BA0-9DAC>

PORTARIA Nº 1189

Em, 15 de novembro de 2025

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência expressa no Decreto nº. 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 57.017/2022.

RESOLVE: de acordo com os artigos 91, 92 e 93 da Lei Municipal nº. 2.380 de 26 de março de 1979, conceder readaptação de função, pelo prazo de 01 (um) ano, a ROSANGELA MARTINS DO VALE, matrícula nº 69.162-3, ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA I, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com direito ao recebimento do adicional previsto no artigo 23, da Lei Complementar nº 60/2010 e alterações posteriores.

II - Esta portaria terá sua vigência do dia 22 de dezembro de 2022 até 22 de dezembro de 2023.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES

Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4660-7C4C-8E2E-586C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 18/11/2025 16:53:21 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/4660-7C4C-8E2E-586C>

Assinado por 1 pessoa: ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/3846-8702-DF2E-C0A0> e informe o código 3846-8702-DF2E-C0A0



Assinado por 1 pessoa: ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC9B-ED31-2BA0-9DAC> e informe o código CC9B-ED31-2BA0-9DAC



Assinado por 1 pessoa: ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/4660-7C4C-8E2E-586C> e informe o código 4660-7C4C-8E2E-586C



PORTARIA Nº 1190

Em, 15 de novembro de 2025

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante à delegação de competência expressa no Decreto nº. 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 21.429/2025.

RESOLVE: de acordo com os artigos 91, 92 e 93 da Lei Municipal nº. 2.380 de 26 de março de 1979, conceder renovação de readaptação de função, pelo prazo de 02 (dois) anos, a VERUSKA CORREIA DE ARAUJO, matrícula nº 82.628-6, ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA I, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com direito ao recebimento do adicional previsto no artigo 23, da Lei Complementar nº 60/2010 e alterações posteriores.

II - Esta portaria terá sua vigência do dia 23 de fevereiro de 2025 até 23 de fevereiro de 2027.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 2FC2-A9D9-822E-627E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 18/11/2025 16:53:36 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/2FC2-A9D9-822E-627E>

PORTARIA Nº 1191

Em, 15 de novembro de 2025

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante à delegação de competência no Decreto nº. 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 182.505/2024.

RESOLVE: de acordo com o artigo 17, inciso I e artigo 18, da Lei Complementar nº 60/10, combinado com o Decreto nº 10.130/2022, conceder a TÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, matrícula nº 83.045-3, ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA II, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, progressão funcional horizontal da classificação 1.11.2.2.2, para classificação 1.11.2.2.3.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 2699-2EB2-AD93-DEB9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 18/11/2025 16:53:19 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/2699-2EB2-AD93-DEB9>

PORTARIA Nº 1192

Em, 18 de novembro de 2025

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990, e de acordo com a Lei Promulgada nº 14.824 de 28 de setembro de 2023, e tendo em vista o que consta do Protocolo nº 15.426/2025.

RESOLVE:

I – Conceder licença para desempenho de mandato eletivo na CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL-CSPB ao servidor ADRIANO FURTADO LIMA, matrícula nº 64.372-6, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, lotado na SECRETARIA DE SAÚDE.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 31 de dezembro de 2027.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 8606-8303-30BD-043B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 18/11/2025 16:54:52 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/8606-8303-30BD-043B>

Assinado por 1 pessoa: ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/2FC2-A9D9-822E-627E e informe o código 2FC2-A9D9-822E-627E



Assinado por 1 pessoa: ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/8606-8303-30BD-043B e informe o código 8606-8303-30BD-043B



PORTARIA Nº 1193 Em, 18 de novembro de 2025

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante à delegação de competência expressa no Decreto nº. 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 168.024/2024.

RESOLVE: de acordo com os artigos 91, 92 e 93 da Lei Municipal nº. 2.380 de 26 de março de 1979, conceder renovação da readaptação de função, pelo prazo de 01 (um) ano, a JOICE MARIA DE MIRANDA DATIVO DO NASCIMENTO, matrícula nº 59.770-8, ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA I, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com direito ao recebimento do adicional previsto no artigo 23, da Lei Complementar nº 60/2010 e alterações posteriores.

II - Esta portaria terá sua vigência do dia 11 de janeiro de 2024 até 11 de janeiro de 2025.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: FABE-6DB6-A50F-5472

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 18/11/2025 16:53:06 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joापessoa.1doc.com.br/verificacao/FABE-6DB6-A50F-5472>

PORTARIA Nº 1194 Em, 18 de novembro de 2025

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante à delegação de competência expressa no Decreto nº. 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 52.416/2025.

RESOLVE: de acordo com os artigos 91, 92 e 93 da Lei Municipal nº. 2.380 de 26 de março de 1979, conceder renovação da readaptação de função, pelo prazo de 02 (dois) anos, a JOSE ROBERTO SILVA SANTOS, matrícula nº 28.186-7, ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA II, lotado na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com direito ao recebimento do adicional previsto no artigo 23, da Lei Complementar nº 60/2010 e alterações posteriores.

II - Esta portaria terá sua vigência do dia 09 de fevereiro de 2025 até 09 de fevereiro de 2027.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 011B-CFDA-422C-26E6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 18/11/2025 16:53:47 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joापessoa.1doc.com.br/verificacao/011B-CFDA-422C-26E6>

PORTARIA Nº 1195 Em, 18 de novembro de 2025

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990, e de acordo com a Lei Promulgada nº 14.824 de 28 de setembro de 2023, e tendo em vista o que consta do Protocolo nº 168.382/2025.

RESOLVE: determinar MARIA CECILIA LEMOS DE ANDRADE, matrícula nº 5077, servidora da Prefeitura Municipal de Goiana-PE, continuar prestando serviço na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sem ônus para esta Prefeitura, pelo prazo de 01 (um) ano.

II - Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 06 de novembro de 2025

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 8B60-AC1F-4C14-3939

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 18/11/2025 16:51:49 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joापessoa.1doc.com.br/verificacao/8B60-AC1F-4C14-3939>

Assinado por 1 pessoa: ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joापessoa.1doc.com.br/verificacao/FABE-6DB6-A50F-5472> e informe o código FABE-6DB6-A50F-5472

Assinado por 1 pessoa: ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joापessoa.1doc.com.br/verificacao/011B-CFDA-422C-26E6> e informe o código 011B-CFDA-422C-26E6

Assinado por 1 pessoa: ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joापessoa.1doc.com.br/verificacao/8B60-AC1F-4C14-3939> e informe o código 8B60-AC1F-4C14-3939

PORTARIA Nº 1196


Em, 18 de novembro de 2025

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante à delegação de competência expressa no Decreto nº. 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 2690/2025.


RESOLVE: de acordo com os artigos 91, 92 e 93 da Lei Municipal nº. 2.380 de 26 de março de 1979, conceder renovação da readaptação de função, pelo prazo de 01 (um) ano, a ELAINNE CRISTINA JORGE DIAS, matrícula nº 82.777-9, ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA II, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com direito ao recebimento do adicional previsto no artigo 23, da Lei Complementar nº 60/2010 e alterações posteriores.


II - Esta portaria terá sua vigência do dia 28 de dezembro de 2024 até 28 de dezembro de 2025.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração




VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS





Código para verificação: C0DE-C6CB-667C-75D4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 18/11/2025 16:53:39 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/C0DE-C6CB-667C-75D4>

PORTARIA Nº 1197


Em, 18 de novembro de 2025

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante à delegação de competência expressa no Decreto nº. 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 114.799/2025.


RESOLVE: de acordo com os artigos 91, 92 e 93 da Lei Municipal nº. 2.380 de 26 de março de 1979, conceder renovação da readaptação de função, pelo prazo de 02 (dois) anos, a SORAYA DE SOUZA DE OLIVEIRA, matrícula nº 69.049-0, ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA II, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com direito ao recebimento do adicional previsto no artigo 23, da Lei Complementar nº 60/2010 e alterações posteriores.


II - Esta portaria terá sua vigência do dia 05 de fevereiro de 2025 até 05 de fevereiro de 2027.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração




VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS





Código para verificação: 9163-A19C-D22A-DF4B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 18/11/2025 16:54:29 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/9163-A19C-D22A-DF4B>

EXPEDIENTE Nº 294/2025

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere inciso IV do parágrafo único do artigo 66 da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e de acordo com disposto no artigo 1º, inciso I, alínea “j”, do Decreto Municipal n.º 4.771, de 20.01.03, DEFERIU os seguintes requerimentos de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE:

ID	NOME	MATRÍCULA	SECRETARIA	DATA INÍCIO	DATA FINAL	DIAS
2025/5343	ADAILSON ALVES SABINO	16.750-9	SEINFRA	19/10/2025	16/01/2026	90
2025/5513	ADRIANA FURTADO FELIPE DA SILVA	94.838-1	SEDURB	29/10/2025	27/11/2025	30
2025/5433	AILZA DE FREITAS OLIVEIRA	54.463-9	SEDEC	21/07/2025	19/08/2025	30
2025/5459	ALBERTO DE JESUS FERREIRA DA SILVA	24.972-6	SEMUSB	27/10/2025	24/01/2026	90
2025/5362	ALCIDEMAR LISBOA DE CARVALHO JUNIOR	64.046-8	SEDEC	17/09/2025	15/12/2025	90
2025/5515	ALINE CRISTINA SILVA DE SOUZA	78.762-1	SEMUSB	28/10/2025	07/11/2025	11
2025/5344	ALVAN ANTAS CORDEIRO	106.332-6	SEPLAN	09/09/2025	07/11/2025	60
2025/5479	AMANDA GOMES ALVES DE OLIVEIRA	106.536-1	SEDEC	30/10/2025	13/11/2025	15
2025/5429	ANA CLARA CAVALCANTI MACHADO	79.286-1	SEDEC	11/10/2025	24/10/2025	14
2025/5454	ANA CRISTINA OLIVEIRA DE MENDONCA	97.104-9	SEDEC	27/10/2025	10/11/2025	15
2025/5491	ANA LUCIA PEDROSA COSTA	30.694-1	SEDEC	20/10/2025	18/11/2025	30
2025/5472	ANA PAULA PEREIRA DE ARAUJO ROQUE	59.544-6	SEDEC	02/10/2025	31/10/2025	30

2025/5541	ANDRESSA ALLYNE ARAUJO DE LIMA	82.215-9	SEDEC	21/10/2025	04/11/2025	15
2025/5337	ANE REGINA FELIX DE ALMEIDA BONFIM	110.696-3	SEDEC	21/10/2025	24/10/2025	4
2025/5452	ANTONIO RODRIGUES SOBRINHO	111.705-1	SEDEC	28/10/2025	03/11/2025	7
2025/5563	CARLOS SEGISMUNDO GUEDES PEREIRA DE LIMA	16.265-5	SEAD	13/10/2025	11/11/2025	30
2025/5398	CILENE MARIA RICARDO SANTOS	82.889-1	SEDEC	23/10/2025	06/11/2025	15
2025/5520	CRISLANI LIMA DE AMORIM	82.154-3	SEDEC	15/10/2025	21/10/2025	7
2025/5336	CRISTIANE DA SILVA COUTINHO	107.932-0	SEDEC	22/10/2025	04/11/2025	14
2025/5363	DANIELA BRITO GOMES	82.721-5	SEDEC	02/09/2025	05/09/2025	4
2025/5352	DANIELE RODRIGUES GOMES	110.665-0	SEDEC	19/09/2025	03/10/2025	15
2025/5340	DEBORA MARIA DA SILVA	103.832-1	SEDEC	22/10/2025	05/11/2025	15
2025/5410	DENNISON AUGUSTO FRANCO E SILVA	78.640-3	SEMUSB	29/09/2025	05/10/2025	7
2025/5387	DENNISON AUGUSTO FRANCO E SILVA	78.640-3	SEMUSB	22/09/2025	28/09/2025	7
2025/5403	EDILUCIA SAMPAIO MORAIS NOBREGA	55.587-8	SEDEC	27/10/2025	25/12/2025	60
2025/5468	EMANUELA SILVA MONTEIRO	107.048-9	SEDEC	29/10/2025	27/11/2025	30
2025/5396	ERALDO ROCHA DE OLIVEIRA DIAS	24.253-5	SEMUSB	22/10/2025	20/12/2025	60
2025/5565	ESTELA THEODORO DE LIMA	106.043-2	SEDEC	24/10/2025	07/11/2025	15
2025/5575	EVA BENEVIDES FELIZARDO	111.841-4	SEDEC	28/10/2025	01/11/2025	5
2025/5567	FRANCISCA AUDINEIDE FERREIRA GONCALVES	75.626-1	SEDEC	28/10/2025	11/11/2025	15
2025/5458	FRANCISCA MONTEIRO CATANDUBA	111.461-3	SEDEC	21/10/2025	25/10/2025	5
2025/5554	HELLEN CAVALCANTI DE ARAUJO	82.555-7	SEDEC	26/09/2025	24/11/2025	60
2025/5497	IEDA LIGIA RIBEIRO MACIEL	54.477-9	SEDEC	23/09/2025	22/10/2025	30
2025/5553	ILSON ROBERTO MORAES SARAIVA	69.088-1	SEDEC	14/10/2025	11/01/2026	90
2025/5526	ISAURA REJANE TEIXEIRA DA SILVA	24.446-5	SEDEC	16/10/2025	30/10/2025	15
2025/5427	JACSON DOS SANTOS LIMA	80.999-3	SEDEC	09/10/2025	09/12/2025	62
2025/5496	JOSE HILTON FERREIRA DA SILVA	59.696-5	SEDEC	01/10/2025	29/10/2025	29
2025/5495	JOSE HILTON FERREIRA DA SILVA	59.696-5	SEDEC	16/09/2025	30/09/2025	15
2025/5372	JOSEILTON ANTONIO DO NASCIMENTO	55.553-3	SEDEC	22/09/2025	20/12/2025	90
2025/5523	JOSELLE SANTOS DA SILVA	106.892-1	SEDEC	11/10/2025	25/10/2025	15
2025/5326	JOSERLANDIA GOMES DE SALES	76.711-5	SEDEC	08/10/2025	22/10/2025	15
2025/5378	JUAN CARLOS DA SILVA	82.567-1	SEDEC	04/10/2025	07/10/2025	4
2025/5545	KAY FRANCIS RIBEIRO PEREIRA	105.770-3	SEDEC	31/10/2025	09/11/2025	10
2025/5430	KEILLA VIEIRA DOS SANTOS	62.115-3	SEDEC	24/10/2025	07/11/2025	15
2025/5407	LAISSA RAFAELLA FERNANDES DE ARAUJO	82.437-2	SEDEC	27/10/2025	31/10/2025	5
2025/5498	LEIDACI CANDEIA DE ARAUJO	54.933-9	SEDEC	08/09/2025	07/10/2025	30
2025/5389	LUIS AUGUSTO TRAVESSA ROMERO	100.588-1	SEINFRA	18/10/2025	16/11/2025	15
2025/5366	LUIS AUGUSTO TRAVESSA ROMERO	100.588-1	SEINFRA	03/09/2025	17/09/2025	30
2025/5570	MARIA CLARA DANTAS FERNANDES	110.856-7	SEDEC	20/08/2025	03/09/2025	15
2025/5394	MARIA DAS NEVES RODRIGUES DA CUNHA	76.010-2	SEDEC	13/10/2025	27/10/2025	15
2025/5323	MARIA DO SOCORRO PINTO DE SOUSA	31.000-0	SEDEC	22/10/2025	05/11/2025	15
2025/5559	MARIA FABRICIA DE MEDEIROS	82.043-1	SEDEC	27/10/2025	24/01/2026	90

2025/5549	MARIA JOSE OLIVEIRA ARAUJO	63.671-1	SEDEC	28/10/2025	26/11/2025	30
2025/5348	MARLENE DIAS PALITOT	69.168-2	SEDEC	17/09/2025	24/09/2025	8
2025/5360	MAYAM DE ANDRADE BEZERRA	82.658-8	SEDEC	29/09/2025	27/11/2025	60
2025/5464	MICHELLE GARCIA BRAZ DA COSTA	108.240-6	SEDEC	30/10/2025	05/11/2025	7
2025/5339	MICHELLE GARCIA BRAZ DA COSTA	108.240-6	SEDEC	23/10/2025	29/10/2025	7
2025/5502	MIKAELY GONCALVES DA SILVA	83.051-8	SEDEC	09/10/2025	23/10/2025	15
2025/5388	NEIDE BASTOS DA SILVA	28.569-2	SEDEC	26/09/2025	25/10/2025	30
2025/5449	OSILEIDE DE LIMA BEZERRA	82.931-5	SEDEC	30/09/2025	06/10/2025	7
2025/5576	PATRICIA DE LIMA ALMEIDA	110.703-0	SEDEC	27/10/2025	31/10/2025	5
2025/5322	PAULO JOSE MARIANO GONZAGA	77.720-0	SEDEC	21/10/2025	04/11/2025	15
2025/5493	RAFAELA MAIZA ANTAO DA SILVA	59.583-7	SEDEC	24/10/2025	22/12/2025	60
2025/5434	RICARDO ASSIS CAVALCANTI ACIOLY	83.289-8	SEDEC	23/07/2025	21/08/2025	30
2025/5426	ROMULO SOARES DE LIMA FILHO	111.108-8	SEINFRA	14/10/2025	17/10/2025	4
2025/5460	ROSICLEA DANTAS DA SILVA	52.619-3	SEDEC	26/10/2025	08/11/2025	14
2025/5527	ROSINEYDE OLIVEIRA DOS SANTOS	63.871-4	SEDEC	16/10/2025	14/12/2025	60
2025/5392	RUTH EMANULLE CARVALHO MOREIRA	109.525-2	SEDEC	21/10/2025	24/10/2025	4
2025/5374	SHEILA CELI FONSECA DO NASCIMENTO	59.838-1	SEDEC	30/09/2025	29/10/2025	30
2025/5494	SILVIO CIRAULO DE OLIVEIRA LIMA	31.138-3	SEDEC	08/10/2025	06/12/2025	60
2025/5504	SIMONE SOARES DE ALMEIDA DE CARVALHO	59.695-7	SEDEC	22/09/2025	21/10/2025	30
2025/5359	STENIA TASSIANA PEREIRA DE OLIVEIRA	59.532-2	SEDEC	15/07/2025	24/07/2025	10
2025/5500	SUENIA VIRGINIA AZEVEDO DE LIMA	82.747-9	SEDEC	10/10/2025	23/10/2025	14
2025/5417	TATIANA DANTAS DO NASCIMENTO	54.487-6	SEDEC	06/10/2025	03/01/2026	90
2025/5560	THAIS JUSSARA DE OLIVEIRA GUEDES MORALLES	54.752-2	SEDEC	20/10/2025	03/11/2025	15
2025/5375	THAYANNE XAVIER ROLIM	110.851-6	SEDEC	27/09/2025	11/10/2025	15
2025/5529	VANESSA BARREIRO SOARES	108.173-1	SEDEC	16/10/2025	25/10/2025	10
2025/5505	VANESSA GUSMAO DOS SANTOS TORRES	59.723-6	SEDEC	27/09/2025	25/11/2025	60
2025/5481	VERONICA MARIA LOPES DA SILVA	80.033-3	SEDEC	23/10/2025	31/10/2025	9
2025/5318	VIVIAN COSTA VENANCIO DA SILVA	112.076-1	SEDEC	01/10/2025	10/10/2025	10
2025/5492	WAGNER RODERICO DE AQUINO	86.268-1	SEDEC	17/10/2025	31/10/2025	15
2025/5552	WOLFGANG DE OLIVEIRA RAMOS	18.717-8	SEDURB	20/10/2025	18/12/2025	60
2025/5441	ZEUMA CRISTINA DE MELO NEVES	55.762-5	SEDEC	06/10/2025	03/01/2026	90
2025/5438	ZEUMA CRISTINA NEVES FERREIRA	107.032-2	SEDEC	07/10/2025	04/01/2026	90

Em 14 de novembro de 2025

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração

Assinado por 1 pessoa: ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.idoc.com.br/verificacao/0785-AA81-E5A5-938F> e informe o código 0785-AA81-E5A5-938F



EXPEDIENTE Nº 295/2025

O **SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência expressa no Decreto Municipal nº 4.771, de 20.01.03, **INDEFERIU** os seguintes processos:

PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	ASSUNTO
167.158/2025	ALLAN DE OLIVEIRA SANTOS	112.238-1	SEDURB	SALÁRIO FAMÍLIA
122.993/2025	DEILSON CABRAL DOS SANTOS	92.308-7	SEDURB	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE
176.905/2025	EDUARDO PEREIRA DE ALBUQUERQUE SILVA	112.297-7	SEDURB	SALÁRIO FAMÍLIA
176.854/2025	JACIARA DOS SANTOS SILVA	70.621-3	SMS	ABONO DE FALTAS
170.846/2025	JOSÉ ANTÔNIO DE OLIVEIRA NETO	91.308-1	SMS	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE
116.759/2025	MARIA DO CARMO DA SILVA	28.250-2	SEAD	CONVERSÃO DE LICENÇA ESPECIAL EM PECÚNIA
167.169/2025	RAFAEL HENRIQUE LIMA DA SILVA	112.290-4	SEMUSB	SALÁRIO FAMÍLIA
116.703/2025	RAFAEL NUNES DE OLIVEIRA	107.168-0	SEDEC	ABONO DE FALTAS
159.922/2025	RAFAELA MARIA DIAS PAIVA HERTHEL	64.378-5	SMS	REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA
104.273/2025	TANIA DE LIMA BRAGA	15.774-1	SEDES	EMISSION DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Em 14 de novembro de 2025

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração

EXPEDIENTE Nº 296/2025

O **SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência expressa no Decreto Municipal nº 4.771 de 20/01/03, **DEFERIU** os seguintes processos:

PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	ASSUNTO
159.829/2025	EDJANE PESSOA RIBEIRO FERNANDES	77.032-9	SMS	DISPENSA DO REGISTRO DE PONTO PARA CONGRESSO
143.736/2025	FRANCUELDA PEREIRA DA NOBREGA MARQUES	102.465-7	SMS	CANCELAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA
70.011/2025	JOSE CALIXTO DA SILVA NETO	102.239-5	SMS	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE
53.155/2024	LUZIA MENDES DA COSTA	102.068-6	SEDEC	RESSARCIMENTO DE DESCONTO INDEVIDO
58.751/2025	MARIA DE FATIMA S DE ANDRADE	09.659-8	SEAD	AUXÍLIO FUNERAL
108.481/2025	MARIA DE LOURDES CORDEIRO PEIXOTO	30.936-2	SEDEC	CONVERSÃO DA LICENÇA ESPECIAL EM PECÚNIA
158.010/2025	SULAMITA SANTOS DE SOUZA GOUVEIA	68.073-8	SMS	ABONO DE FALTA E CANCELAMENTO DO DESCONTO INDEVIDO

Em 14 de novembro de 2025

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração

EXPEDIENTE Nº 297/2025

O **SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, Inciso IV, parágrafo único da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência expressa no artigo 1º, inciso I, alínea j, do Decreto Municipal nº 4.771, de 20.01.03 **DEFERIU** os seguintes processos de **ABONO PREVIDENCIÁRIO**:

PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	ASSUNTO
136.931/2025	DENILSON AZEVEDO DOS SANTOS	24.362-1	SEMUSB	ABONO PREVIDENCIÁRIO

Em 14 de novembro de 2025

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração

EXPEDIENTE Nº 298/2025

O **SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV, parágrafo único da Lei Orgânica para Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990, e consoante a delegação de competência expressa no artigo 1º, inciso I, alínea j, do Decreto Municipal nº 4.771 de 20/01/03. **DEFERIU** os seguintes processos de **LICENÇA ESPECIAL PARA GOZO**:

PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	PERÍODO	DIAS
105.695/2025	GERALDO CARLOS DA SILVA MONTEIRO	14.993-4	SMS	2º decênio (1994-2004)	150 (cento e cinquenta)
156.142/2025	LEDA MARIA DE MIRANDA CRUZ	11.133-3	SMS	1º decênio (1980-1990)	180 (cento e oitenta)
156.142/2025	LEDA MARIA DE MIRANDA CRUZ	11.133-3	SMS	2º decênio (1990-2000)	170 (cento e setenta)

Em 14 de novembro de 2025

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 0785-AA81-E5A5-936F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 18/11/2025 10:07:06 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0785-AA81-E5A5-936F>

SEDEC

PORTARIA nº 275/2025 – GAB/SEDEC

João Pessoa, 17/11/2025

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores Ivanildo Rodrigues Fernandes, Matrícula 95.038-6 e Theodan Stephenson Cardoso Leite, Matrícula: 82.048-2, como Fiscais Técnicos; e Ana Virgínia de Medeiros Ferreira, Matrícula 100.957-7, como Fiscal Administrativa do Contrato nº 06-657/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 06-025/2025, aquisição de Material Esportivo, firmado com LC COMERCIAL LTDA, CNPJ: 00.294.139/0001-95.

Art. 2º. Incumbe aos servidores designados acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, observando as atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 10.535/2023; Lei Municipal nº 14.781/2023 e art. 117, caput da Lei nº 14.133 de 2021.

Art. 3º. Os serviços prestados pelo servidor, ora nomeado, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria produz seus efeitos a partir da data de assinatura do contrato.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO

Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: E184-4980-984E-FABD

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMERICA ASSIS DE CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 18/11/2025 20:37:30 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E184-4980-984E-FABD>

PROGEM

PORTARIA NORMATIVA PGM Nº 18/2025 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025

Regulamenta o uso de sistemas de Inteligência Artificial (IA), com particular foco na Inteligência Artificial Generativa (IAGen), no âmbito da Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa (PGM/JP), estabelecendo minuciosamente os requisitos éticos, técnicos e de segurança da informação que devem ser observados por todos os agentes públicos no emprego dessas ferramentas de apoio às atividades jurídicas e administrativas essenciais.

O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no exercício das elevadas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, VII, da Lei Complementar 61/2010, que organiza a Procuradoria-Geral do Município e demais normas pertinentes ao exercício e gestão da Advocacia Pública Municipal,

CONSIDERANDO o exponencial e acelerado ritmo de desenvolvimento dos sistemas de Inteligência Artificial (IA) e, concomitantemente, a inevitável e crescente disseminação dessas tecnologias, que têm sido incorporadas de maneira progressiva e substantiva tanto nas dinâmicas do setor privado quanto no desempenho das funções críticas e essenciais do setor público contemporâneo;

CONSIDERANDO que a modernização contínua e a transformação digital permanente constituem uma necessidade estratégica imperativa para que a Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa possa manter sua excelência e eficácia no exercício de seu papel institucional fundamental, que abrange a defesa intransigente do interesse público municipal, o controle rigoroso da juridicidade e da legalidade de todos os atos administrativos, e a promoção efetiva da boa governança no âmbito da gestão municipal, visando a otimização de fluxos de trabalho, a aceleração cautelosa da produção de minutas processuais e pareceres, e a elevação consistente do patamar de qualidade e segurança dos serviços jurídicos prestados à comunidade pessoense;

CONSIDERANDO a premente e inadiável necessidade de se estabelecerem diretrizes claras, inequívocas e normativamente vinculantes para o uso prudente, eticamente responsável, tecnicamente seguro e juridicamente compatível da inteligência artificial generativa dentro da circunscrição e ambiente laboratorial da Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa, garantindo que a inovação tecnológica se harmonize com o dever de cautela inerente à função pública;

CONSIDERANDO o objetivo primário e irrenunciável de institucionalizar e estabelecer boas práticas de governança que sejam plenamente capazes de mitigar de forma eficaz os riscos inerentes à adoção e operacionalização desta tecnologia, incluindo, mas não se limitando, aos riscos que se relacionam intimamente à segurança da informação e à soberania institucional dos dados, à salvaguarda intransigente da privacidade e da inviolabilidade dos dados pessoais e sigilosos sob custódia da PGM/JP, bem como à prevenção categorial de erros factuais graves, distorções conceituais, manifestação de vieses algorítmicos ou a geração do nefando fenômeno conhecido como "alucinação", que compreendem a produção de conteúdos potencialmente inverídicos, imprecisos ou discriminatórios que, se incorporados inadvertidamente, poderiam vulnerar de forma irreparável a credibilidade pública, a imparcialidade inerente e a legitimidade das manifestações e do posicionamento jurídico institucional;

CONSIDERANDO, por último mas não menos importante, o dever fundamental da Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa de assegurar o uso estritamente ético, responsável e transparente da Inteligência Artificial em suas atividades, de modo que a aplicação desta tecnologia inovadora contribua de maneira substancial e demonstrável para a melhoria intrínseca da gestão pública, o aprimoramento técnico e a garantia da segurança jurídica dos serviços prestados, mantendo-se sempre um elevado e ineludível padrão de excelência, precisão técnica e rigor conceitual em todas as manifestações e pareceres subscritos pela instituição. RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E OBJETO



Assinado digitalmente por BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREGA - 18/11/2025 - 10:56
Localizador do documento: NpscWJDSz12KWgXzesyCqsbM
<http://joaopessoa.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/NpscWJDSz12KWgXzesyCqsbM.pdf>

Art. 1º. Esta Portaria Normativa institui e regulamenta o conjunto de regras imperativas, de observância obrigatória e vinculante, para o uso de sistemas de inteligência artificial (IA), com especial e detalhada ênfase na Inteligência Artificial Generativa (IAGen), no âmbito da Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa (PGM/JP), estabelecendo de forma clara e exclusiva os requisitos técnicos, éticos e as boas práticas que devem ser rigorosamente observados e aplicados por todos os seus agentes públicos na utilização dessas ferramentas tecnológicas para o desempenho otimizado e seguro de suas atividades funcionais, garantindo a plena conformidade legal com o ordenamento jurídico e a irrestrita preservação do interesse público municipal, coluna vertebral da atuação da PGM/JP.

Parágrafo único. Para os fins de aplicação e interpretação desta Portaria Normativa, compreendem-se os seguintes conceitos, que deverão nortear a conduta dos agentes públicos:

I– Sistema de Inteligência Artificial (IA): Caracteriza-se como um sistema complexo baseado em máquina que, operando com diferentes níveis de autonomia e desenhado para objetivos previamente definidos, sejam eles explícitos ou implícitos, processa um volume significativo de dados ou informações que lhe são fornecidos e tem como finalidade primordial a geração de resultados prováveis e internamente coerentes de decisão, recomendação qualificada ou conteúdo textual/visual, os quais, uma vez emitidos, possuem a capacidade potencial de influenciar e modificar o ambiente virtual, físico ou o cenário real da Administração Pública Municipal;

II– Inteligência Artificial Generativa (IAGen): Define-se como um sistema especializado de IA que é especificamente destinado a gerar ou a modificar um conteúdo existente de forma substancial, operando com variados níveis de autonomia, abrangendo a criação de texto elaborado, imagens, áudio, vídeo ou código de software, fundamentando sua geração em modelos estatísticos e de aprendizado robustos que são treinados a partir de um vasto acervo de dados pré-existent;

III– Prompt: Entende-se por prompt o comando, a instrução ou o texto elaborado em linguagem natural que é utilizado pelo agente público na interação com a inteligência artificial generativa com a finalidade de solicitar ou induzir a execução de uma tarefa específica, demandando a entrega de um resultado ou conteúdo desejado;

IV– Alucinação de Dados: Trata-se do fenômeno tecnicamente preocupante no qual são gerados resultados manifestamente e comprovadamente incorretos, enganosos ou factualmente inventados, despidos de qualquer base na realidade ou nos dados de treinamento, produzidos pelos modelos de IA, configurando um risco significativo à precisão da informação jurídica;

V– Agente Público: Abrange na sua totalidade o agente político, o servidor público estatutário ou celetista e todo e qualquer indivíduo que exerça, ainda que de maneira transitoriamente temporária, sem recebimento de remuneração direta, mediante nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo legal, um cargo, emprego ou função pública com lotação formal ou exercício efetivo no ambiente da Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa;

VI– Chefia Imediata: Servidor devidamente nomeado ou designado para exercer formalmente os encargos de gestão, supervisão e orientação técnica da Subprocuradoria pertinente, Coordenadoria, Gabinete ou setor equivalente, detentor de responsabilidade direta pela orientação e fiscalização do trabalho dos seus subordinados hierárquicos.

Art. 2º. O uso e a aplicação das ferramentas de Inteligência Artificial pelos agentes públicos no cotidiano da Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa devem observar, em sua completude e integralidade, o arcabouço normativo vigente no País, com fundamentação e rigoroso destaque para:

I– Decreto nº 9.792, de 30 de agosto de 2021, Publicado no DOM de João Pessoa em 30 de agosto de 2021, que dispõe sobre a implementação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), no âmbito do Poder Executivo do Município de João Pessoa e dá outras providências;

II– À Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que compreende a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), cuja observância é crucial para a proteção dos dados sob processamento;



Assinado digitalmente por BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREGA - 18/11/2025 - 10:56
Localizador do documento: NpscWJDSz12KWgXzesyCqsbM
<http://joaopessoa.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/NpscWJDSz12KWgXzesyCqsbM.pdf>

III- À Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que estabelece a Lei de Acesso à Informação (LAI), garantindo a transparência necessária nos limites legais;

IV- À Lei Federal nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula a Propriedade Industrial, e as demais normas que tutelam os direitos autorais e a propriedade intelectual aplicáveis ao conteúdo gerado;

V- À Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o Código de Processo Civil, especialmente no que concerne à produção de provas e à formalidade dos atos processuais;

VI- À Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), bem como todas as demais normas de âmbito ético e funcional que regem a atuação da advocacia pública municipal.

Art. 3º. O desenvolvimento interno, a eventual implementação ou a aquisição de qualquer sistema novo de IA que se pretenda utilizar no âmbito da PGM/JP devem ser precedidos obrigatoriamente por um processo rigoroso e detalhado de verificação técnica e jurídica, que tenha a capacidade intrínseca de garantir a plena auditabilidade sistêmica, a rastreabilidade completa e inquestionável de todas as suas operações e que possibilite o monitoramento contínuo e periódico de seu desempenho para assegurar a conformidade irrestrita com a legislação vigente, os padrões éticos estabelecidos nesta Portaria Normativa e as diretrizes de governança da informação da Administração Municipal.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 4º. A utilização criteriosa dos sistemas de Inteligência Artificial para o desempenho eficiente das funções institucionais da PGM/JP estará invariavelmente sujeita, em sua totalidade, aos seguintes princípios basilares, que deverão ser interpretados e aplicados de forma complementar e harmônica aos princípios constitucionais universais que regem a Administração Pública, tais como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência:

I- **Primazia da Inteligência Humana:** A Inteligência Artificial, notadamente aquela de natureza generativa, deve ser compreendida, tratada e utilizada unicamente como uma ferramenta instrumental de caráter estritamente auxiliar e de apoio técnico à atuação finalística e insubstituível dos agentes públicos, sendo-lhe vedada, por ausência de capacidade jurídica, ética ou técnica, a prerrogativa de anular, mitigar, ou substituir o indispensável juízo crítico, a ponderação ética, a análise jurídica aprofundada e a inalienável responsabilidade profissional e intelectual do agente público que, no exercício de seu mister, subserve o documento final ou manifestação jurídica em nome da Procuradoria;

II- **Verificabilidade e Confiabilidade Metodológica:** Toda e qualquer informação, sugestão textual detalhada, fundamentação jurídica preliminar ou raciocínio legal que seja gerado ou oferecido por sistemas de IA deve ser prontamente e integralmente passível de um criterioso processo de verificação humana exaustiva quanto à sua precisão fática e terminológica, à sua confiabilidade intrínseca, à sua atualidade normativa em relação ao ordenamento de João Pessoa e à solidez de sua fundamentação legal e doutrinária, de modo a evitar a incorporação de dados incorretos, factualmente fabricados, distorcidos ou manifestamente desatualizados, garantindo a fidelidade ao princípio da verdade e da boa-fé na produção jurídica;

III- **Segurança, Confidencialidade e Privacidade Inegociável:** A operacionalização e a utilização dos sistemas de IA devem zelar incondicionalmente pelo rigoroso sigilo profissional exigido pela advocacia pública, pela salvaguarda intransigente da proteção dos dados pessoais, sejam eles considerados sensíveis ou não pela legislação, e de todas as informações que estejam protegidas por sigilo legal, prerrogativa profissional ou segredo de justiça, conforme as severas disposições impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e pelas normas de conduta ético-profissionais da advocacia pública municipal;

IV- **Probidade Técnica e Adequação Teleológica:** A utilização da IA deve respeitar rigorosamente os parâmetros técnico-jurídicos de referência, os padrões profissionais de excelência e a linha institucional de pensamento e orientação que



Assinado digitalmente por BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREGA - 18/11/2025 - 10:56
Localizador do documento: NpscWjDs212KWgXzesyCqsbM
<http://joaopessoa.spa.coreplan.com.br/core signer/info/NpscWjDs212KWgXzesyCqsbM.pdf>

regem internamente a atividade consultiva e contenciosa da Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa, vedando-se terminantemente seu uso para fins de classificações discriminatórias de indivíduos ou grupos sociais, para a perpetuação de vieses injustos ou para a sugestão de atos que violem a dignidade da pessoa humana ou os direitos fundamentais constitucionalmente assegurados;

V- **Responsabilidade Finalística e Indelegável:** A responsabilidade integral e irrefutável pelo conteúdo final elaborado, gerado ou modificado com o substancial auxílio da Inteligência Artificial, em especial a generativa, é exclusiva, pessoal e indelegável do agente público usuário que, no final do processo, o submete, aprova ou subserve formalmente, sendo absolutamente vedada qualquer tentativa de delegação, terceirização ou transferência da responsabilidade pelo conteúdo final e suas consequências jurídicas para a ferramenta tecnológica em si ou para o seu provedor de serviço;

VI- **Desenvolvimento Profissional Contínuo e Capacitação Técnica:** O emprego seguro, ético e eficaz das ferramentas de Inteligência Artificial no ambiente da PGM/JP deve ser invariavelmente precedido por uma adequada e contínua capacitação técnica em plataformas e metodologias reconhecidas e confiáveis, não substituindo, em hipótese alguma, o dever legal e ético de aprimoramento técnico-científico, estudo permanente e atualização profissional imprescindível dos agentes públicos da PGM, tal como exigido pelas diretrizes institucionais de excelência do Município.

CAPÍTULO III
DA RESPONSABILIDADE E VERIFICABILIDADE DO CONTEÚDO

Art. 5º. A responsabilidade civil, administrativa e penal decorrente do conteúdo final de qualquer documento, parecer jurídico, peça processual, petição ou manifestação jurídica produzida na Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa, seja esta elaborada de forma exclusiva pela inteligência humana do agente público ou com o substancial apoio de ferramentas de IA Gen, recairá de maneira exclusiva e inquestionável sobre o agente público que o subserve formalmente ou que o inserir no fluxo processual ou administrativo, sendo terminantemente vedada qualquer forma de delegação, terceirização ou transferência dessa responsabilidade primária para a ferramenta tecnológica ou para o seu respectivo provedor de serviço.

§ 1º. O uso estratégico de ferramentas de Inteligência Artificial poderá ocorrer apenas de maneira estritamente auxiliar, complementar e instrumental às complexas atividades finalísticas dos agentes públicos da PGM, sendo expressamente proibida a sua utilização para substituir ou suplantar a análise crítica, a ponderação ética e a decisão intelectual humana em qualquer fase do processo de trabalho jurídico, desde a concepção da tese até a sua consolidação final em uma manifestação institucional.

§ 2º. No contexto específico dos núcleos internos de trabalho da PGM que lidam com demandas de massa, repetitivas ou com alta previsibilidade e recorrência de tarefas, os quais podem ser mais propensos a um maior e intensivo uso da IA Gen para fins de otimização de tempo e recursos, compete privativamente à respectiva chefia imediata a indelegável obrigação de orientar formalmente e de maneira contínua, por meio de normativos internos claros e acessíveis, a equipe sob sua responsabilidade funcional sobre as diretrizes desta Portaria, notadamente as limitações técnicas intrínsecas da ferramenta, as boas práticas mais eficientes de inserção de prompts de comando e os riscos éticos e jurídicos inerentes ao uso indiscriminado da IA Gen.

§ 3º. A chefia imediata, em conjunto com setores de tecnologia da informação e orientação técnica da PGM/JP, terá a prerrogativa e o dever de estabelecer protocolos internos específicos, escritos e objetivos de revisão obrigatória, validação conceitual e aceitação do conteúdo sugerido preliminarmente pela IA ou integrado em minutas padronizadas, devendo esses protocolos incluir mecanismos de checagem cruzada das fontes.

§ 4º. O comprovado descumprimento injustificado das orientações específicas de uso, ou a manifesta negligência na revisão detalhada, crítica e aprofundada do conteúdo gerado pelo sistema de Inteligência Artificial, implicará na responsabilidade direta do agente público que subserve, assinar ou validar o conteúdo final produzido e inserido nos autos processuais ou administrativos, conforme os rigores da lei.

Art. 6º. Todos os resultados, as sugestões de texto e os fluxos de trabalho gerados preliminarmente pelo sistema de IA deverão ser obrigatoriamente revisados, verificados, cotejados e validados integralmente e de forma criteriosa pelos agentes



Assinado digitalmente por BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREGA - 18/11/2025 - 10:56
Localizador do documento: NpscWjDs212KWgXzesyCqsbM
<http://joaopessoa.spa.coreplan.com.br/core signer/info/NpscWjDs212KWgXzesyCqsbM.pdf>

públicos, garantindo a obtenção da mais alta precisão técnica, a fidelidade terminológica e a consistência metodológica, evitando-se de forma absoluta a incorporação de informações inadequadas, a reprodução de distorções conceituais, a manifestação de vieses indesejados e, crucialmente, o fenômeno da “alucinação” de dados, que compromete a credibilidade institucional.

Parágrafo único. No processo obrigatório e inarredável de revisão e validação do conteúdo gerado com o auxílio da IA Gen, exige-se do agente público que desempenhe, no mínimo, as seguintes ações e observância de boas práticas:

I- **Evitar a Busca Exclusiva de Fontes Primárias:** O agente deve evitar a utilização de modelos de linguagem generativa para buscar de forma exclusiva ou fundar definitivamente referências legislativas específicas, precedentes judiciais vinculantes ou citações doutrinárias de peso para a fundamentação principal do seu trabalho, dado o reconhecido risco intrínseco de erro fático, imprecisão temporal e a alta probabilidade de surgimento de alucinações nas respostas geradas pelo sistema, circunstâncias que se revelam incompatíveis com o rigor técnico exigido pelo grau de excelência da advocacia pública;

II- **Garantir a Verificação em Fontes Primárias:** O agente deve garantir que absolutamente todas as referências legislativas (federais, estaduais e municipais), precedentes judiciais e citações doutrinárias que tenham sido eventualmente e subsidiariamente sugeridas pelo sistema de Inteligência Artificial sejam cheçadas, confirmadas e verificadas integralmente nas suas fontes primárias, originais e oficiais, antes de sua definitiva incorporação em quaisquer documentos oficiais ou manifestações da Procuradoria-Geral;

III- **Confirmar Validade, Vigência e Atualidade:** O agente deve confirmar de maneira sistemática a validade formal, a vigência atual e a atualidade temporal das informações jurídicas obtidas com o auxílio da IA, consultando as fontes oficiais e primárias de dados, tais como Diários Oficiais, repositórios eletrônicos oficiais de jurisprudência e sistemas legais eletrônicos governamentais, sempre que essa consulta for tecnicamente possível e juridicamente relevante para a solidificação do argumento;

IV- **Avaliar Criticidade e Adequação ao Caso Concreto de João Pessoa:** O agente deve avaliar criticamente o mérito jurídico e avaliar os fundamentos legais e conceituais sugeridos pelo sistema, assegurando peremptoriamente que estes possuam adequação plena, total e irrestrita ao caso concreto sob análise, à situação específica do Município de João Pessoa e ao ordenamento jurídico vigente, mormente em relação à legislação municipal específica e aos posicionamentos institucionais consolidados e vinculantes da PGM/JP;

V- **Adaptação às Peculiaridades Locais:** O agente tem o dever de adaptar, contextualizar e referenciar o conteúdo gerado pela ferramenta tecnológica às peculiaridades específicas da legislação tributária, urbanística, ambiental e administrativa do Município de João Pessoa e às particularidades do interesse público local envolvido intrinsecamente na questão, evitando de forma cabal a mera e irrefletida replicação de textos jurídicos genéricos e descontextualizados;

VI- **Assegurar a Qualidade Final Técnica:** O agente deve assegurar que o documento final do qual ele é subscritor reflita a máxima qualidade técnica possível, a precisão terminológica correta e a fundamentação jurídica rigorosamente adequada, em todo e completo alinhamento com os padrões de excelência profissional e institucional exigidos pela Procuradoria-Geral do Município.

CAPÍTULO IV
DA SEGURANÇA JURÍDICA E PROTEÇÃO DE DADOS

Art. 7º. Os agentes públicos lotados na PGM/JP devem observar e aplicar rigorosamente as regras internas e as diretrizes institucionais de proteção de dados pessoais, de informações sigilosas e de material confidencial na utilização de quaisquer sistemas de Inteligência Artificial, certificando-se de forma prévia e documental de que tais dados, especialmente aqueles considerados sensíveis pela legislação, não sejam jamais compartilhados com terceiros não autorizados e que tais informações confidenciais, em hipótese alguma, sejam utilizadas, mesmo que inadvertidamente, para compor a base de treinamento, aprendizado ou melhoria algorítmica e mercadológica das plataformas existentes, sejam elas institucionais ou externas.

§ 1º. Para a inegociável preservação da integridade da informação e do dever de sigilo funcional, os agentes públicos da



Assinado digitalmente por BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREGA - 18/11/2025 - 10:56
Localizador do documento: NpscWjDs212KWgXzesyCqsbM
<http://joaopessoa.spa.coreplan.com.br/core signer/info/NpscWjDs212KWgXzesyCqsbM.pdf>

PGM/JP deverão, por princípio de cautela, priorizar a utilização exclusiva de sistemas de IA que sejam considerados institucionais, desenvolvidos, homologados ou controlados pela própria administração municipal, quando estes recursos estiverem disponíveis e em pleno funcionamento, ou alternativamente, aqueles sistemas oriundos de instituições públicas ou privadas conveniadas que ofereçam garantias robustas e auditáveis de segurança, auditabilidade sistêmica e governança de dados compatíveis com a advocacia pública, em detrimento de plataformas externas e de amplo acesso público.

§ 2º. Caso o agente público necessite imperiosamente utilizar sistemas de IA que sejam externos aos sistemas próprios da PGM/JP por ausência de ferramenta institucional adequada ou por uma necessidade técnica específica, deverá obrigatoriamente proceder à avaliação prévia e minuciosa dos Termos de Uso e das Políticas de Privacidade dessas plataformas antes da inserção de qualquer dado, a fim de verificar exaustivamente o tratamento legal, o período de retenção e o uso comercial que será dado às informações eventualmente inseridas pelos usuários, devendo restringir de forma absoluta a informação inserida ao mínimo estritamente necessário para a execução da tarefa.

§ 3º. Toda informação ou dados que venham a ser inseridos, mesmo que minimamente, em sistemas de IA Gen que não sejam integralmente controlados pela PGM/JP deve ser, obrigatoriamente, previamente anonimizada, devidamente despersonalizada e dissociada de quaisquer elementos ou metadados que permitam a identificação, de forma direta ou indireta, de pessoas naturais, de dados pessoais, de informações sigilosas, estratégicas ou funcionais, em atenção ao princípio da minimização de dados e da proteção da privacidade.

Art. 8º. Fica terminantemente vedado, sob pena de responsabilização funcional rigorosa, aos agentes públicos da Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa, inserir, divulgar, transmitir ou submeter às plataformas de IA Gen que não sejam de controle institucional exclusivo quaisquer informações integrantes dos seguintes tipos, em uma lista que ostenta o caráter meramente exemplificativo, pedagógico e não-exaustivo:

I- **Dados Pessoais Sensíveis:** Quaisquer dados pessoais ou dados pessoais sensíveis de pessoas naturais, conforme a definição minuciosa estabelecida pela Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), especialmente informações referentes à origem racial ou étnica, convicção religiosa, dados de saúde, vida sexual ou dados genéticos;

II- **Informações Processuais em Segredo:** Informações processuais que estejam sob sigilo oficial, documentos acobertados por segredo de justiça ou por sigilo legal imposto pela legislação, bem como quaisquer dados ou documentos classificados como confidenciais, ultrassecretos ou de acesso restrito no âmbito da Administração Pública Municipal de João Pessoa;

III- **Dados Funcionais Estratégicos:** Dados funcionais, informações estratégicas ou quaisquer elementos sigilosos relativos a servidores públicos ativos, inativos ou em estágio probatório da PGM/JP ou de qualquer outro órgão do Município de João Pessoa, que possam afetar a intimidade ou a segurança funcional;

IV- **Estratégias Processuais ou Negociais:** Informações que revelem estratégias processuais defensivas ou ofensivas, táticas negociais em curso ou o posicionamento institucional detalhado do Município de João Pessoa em litígios judiciais ou processos administrativos sensíveis, cujo conhecimento antecipado e indevido por terceiros possa comprometer o interesse público ou vulnerar a posição jurídica da Fazenda Pública Municipal;

V- **Dados Internos Financeiros:** Dados internos de licitações em curso e ainda não homologadas, contratos em fase de negociação preliminar, propostas comerciais protegidas por sigilo empresarial ou informações financeiras e orçamentárias detalhadas do Município cuja divulgação não é permitida ou não se tornou pública, em atenção à competitividade e ao sigilo fiscal;

VI- **Conteúdos Protegidos por Direitos Autorais:** Conteúdos que se encontrem protegidos por direitos autorais ou por outras formas de propriedade intelectual de terceiros, cuja inserção para fins de treinamento da IA ou para simples análise possa configurar uma potencial violação de direitos autorais ou propriedade industrial.



Assinado digitalmente por BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREGA - 18/11/2025 - 10:56
Localizador do documento: NpscWjDs212KWgXzesyCqsbM
<http://joaopessoa.spa.coreplan.com.br/core signer/info/NpscWjDs212KWgXzesyCqsbM.pdf>

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES DE USO E LIMITAÇÕES TÉCNICAS

Art. 9º. As ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAGen) devem ser empregadas de forma a otimizar a maximização da eficiência operacional e a elevação da qualidade técnica dos trabalhos desenvolvidos pela PGM/JP, mas jamais para configurar uma substituição das atividades intrinsecamente humanas, intelectivas e privativas do Agente Público, sob pena de desvio de finalidade.

Parágrafo único. Fica expressamente vedado e proscrito o uso de sistemas de IAGen para a consecução das seguintes atividades, por serem privativas da inteligência humana qualificada:

I- **Decisões Finais:** Tomar decisões administrativas ou jurídicas finais e conclusivas, sendo o papel essencial da ferramenta limitado à sugestão de caminhos, à análise preliminar de dados secundários e ao apoio à redação de rascunhos;

II- **Substituição da Análise Humana em Casos Complexos:** Substituir de forma substancial, primária ou preponderante a análise humana em questões jurídicas de alta complexidade ou de repercussão política e institucional, em casos estratégicos para o Município de João Pessoa ou naqueles que exijam uma interpretação constitucionalmente inovadora, sensível ou a revisão de jurisprudência consolidada;

III- **Criação de Teses Inéditas sem Revisão:** Formular, definir ou impor teses jurídicas inéditas, interpretações legais sensíveis ou pareceres contrários ao entendimento institucional sem que haja uma revisão, validação e chancela humana aprofundada, criticamente fundamentada e embasada nas fontes primárias e oficiais do direito;

IV- **Produção de Documentos Finais sem Auditoria Intelectual:** Produzir documentos jurídicos finais, tais como petições iniciais de alta complexidade, pareceres conclusivos vinculantes, recursos de natureza decisiva, contratos complexos ou atos normativos de grande impacto, sem que haja substancial, completa e exaustiva revisão intelectual, validação de mérito e adaptação final humana que demonstre o juízo crítico, a ponderação ética e a responsabilidade total do agente público subscriptor;

V- **Fundamentação Exclusiva em Conteúdo de IA:** Fundamentar manifestações e documentos jurídicos de forma exclusiva ou preponderante em conteúdos que tenham sido sugeridos por sistemas de IA sem a devida, independente e obrigatória verificação da fidelidade e veracidade das fontes e das citações legais, jurisprudenciais ou doutrinárias;

VI- **Viés Discriminatório:** Utilizar a IAGen com o propósito de classificar, ranquear, hierarquizar ou elaborar perfis de indivíduos ou grupos de forma que possa resultar em qualquer tipo de discriminação, violação de direitos individuais ou exposição indevida, em manifesto desrespeito aos direitos fundamentais e aos princípios constitucionais da igualdade e impessoalidade.

Art. 10. No uso cotidiano e contínuo da ferramenta de IAGen, o agente público da PGM/JP deve observar e implementar rigorosamente as seguintes práticas operacionais para garantir a qualidade final, inquestionável e a segurança jurídica de sua atividade:

I- **Revisão, Complemento e Adaptação Criteriosa:** O agente deve revisar, complementar e adaptar criteriosamente cada parcela do conteúdo sugerido pela ferramenta tecnológica, atentando-se de forma primordial ao contexto fático, sociológico, econômico e jurídico específico do Município de João Pessoa e ao detalhamento da legislação local aplicável;

II- **Emprego como Copiloto de Redação:** O agente deve empregar a ferramenta preferencialmente para servir como apoio textual e estilístico, como mecanismos para aprimoramento da coerência narrativa lógica, melhoria da clareza da linguagem técnica, síntese objetiva de grandes volumes de texto e para fins de correção gramatical ou estilística avançada, atuando estritamente como um copiloto e assistente de redação;

III- **Revisão e Adaptação em Demandas Repetitivas:** O agente deve, ao realizar a revisão e adaptação de peças jurídicas



Assinado digitalmente por BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREGA - 18/11/2025 - 10:56
Localizador do documento: NpscWjDsZ12KWgXzesyCqsbM
<http://joaopessoa.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/NpscWjDsZ12KWgXzesyCqsbM.pdf>

em demandas que sejam classificadas como repetitivas e de massa, garantir que o caso concreto sob análise se enquadre de forma exata, precisa e inequívoca tanto na tese jurídica já aplicada quanto nos fatos processuais previamente estabelecidos;

IV- **Transparência Opcional do Uso:** O agente público tem a faculdade de mencionar ou indicar explicitamente o uso da IAGen nas manifestações institucionais, se ele entender que este procedimento contribui efetivamente para um aumento da transparência, da rastreabilidade e da boa-fé objetiva na produção do documento, especialmente em casos de maior complexidade, relevância pública ou na introdução de novas metodologias de trabalho.

CAPÍTULO VI
DA GOVERNANÇA, CAPACITAÇÃO E CONTROLE

Art. 11. O Procurador-Geral do Município de João Pessoa envidará todos os esforços administrativos necessários para disponibilizar a capacitação continuada, especializada e obrigatória dos agentes públicos lotados na Procuradoria-Geral, buscando garantir o uso adequado, estritamente ético e tecnicamente correto da IAGen, através de um programa institucional de capacitação que deverá, em sua essência, abranger, no mínimo, os seguintes eixos temáticos fundamentais:

I- **Treinamento em Ética e IA:** Oferta de conscientização profunda e detalhada sobre os riscos inerentes, as oportunidades estratégicas e as implicações deontológicas inevitáveis da utilização da Inteligência Artificial no ambiente sensível da advocacia pública;

II- **Oficinas Práticas sobre Ferramentas de IA:** Capacitação prática, demonstração técnica e treino operacional das soluções de IA que estejam disponíveis e devidamente homologadas para uso dentro da PGM/JP, incluindo a metodologia avançada de elaboração de prompts eficazes para a obtenção de resultados precisos;

III- **Atualização sobre Governança de IA:** Proporcionar o entendimento claro e inquestionável das normativas internas, desta Portaria e das melhores práticas nacionais e internacionais para o uso responsável e seguro da IA no setor público e na administração da justiça;

IV- **Segurança de Dados e Cibersegurança:** Instrução técnica e procedimental para garantir que todos os agentes públicos compreendam os riscos de segurança da informação inerentes ao uso de IA e as medidas protetivas avançadas necessárias para a salvaguarda incondicional dos dados sigilosos e pessoais sob tutela.

Parágrafo único. A capacitação técnica mencionada no caput será preferencialmente coordenada e executada pela Diretoria de Tecnologia da Procuradoria-Geral do Município, ou por outro órgão interno que venha a ser formalmente instituído ou designado para assumir esta competência de formação e disseminação do conhecimento no âmbito da PGM/JP.

Art. 12. Compete privativamente e de forma indelegável à Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa, por intermédio da Corregedoria, exercer as funções precípua de governança, controle e monitoramento sobre a temática da Inteligência Artificial no âmbito da PGM/JP, incumbindo-lhe as seguintes responsabilidades:

I- **Edição de Normas e Manuais:** Editar normas complementares, manuais detalhados de boas práticas operacionais e orientações técnicas específicas, sempre que for julgado necessário para acompanhar a evolução célere da tecnologia ou para a indispensável uniformização de procedimentos internos e interpretações jurídicas;

II- **Verificação de Uso Irregular e Processamento Disciplinar:** Verificar, por meio de procedimentos internos de auditoria e com estrita observância do devido processo legal e da ampla defesa, indícios de usos irregulares, inadequados ou vedados da IAGen por parte dos agentes públicos e, caso seja constatada alguma possível irregularidade disciplinar, remeter o expediente integral para o órgão competente para a instauração e o processamento de infração disciplinar;

III- **Dirimir Casos Omissos:** Dirimir e resolver os casos omissos, uniformizar os entendimentos jurídicos institucionais e proceder aos esclarecimentos formais de dúvidas surgidas na aplicação, interpretação e observância estrita desta Portaria



Assinado digitalmente por BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREGA - 18/11/2025 - 10:56
Localizador do documento: NpscWjDsZ12KWgXzesyCqsbM
<http://joaopessoa.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/NpscWjDsZ12KWgXzesyCqsbM.pdf>

Normativa.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Os agentes públicos da Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa que optarem por utilizar ou se valerem das ferramentas de Inteligência Artificial devem manter-se continuamente atualizados quanto às melhores práticas e aos desenvolvimentos tecnológicos, buscando ativamente capacitação na temática e recorrendo ao Gabinete do Procurador-Geral, ao Centro de Estudos e Diretoria de Tecnologia (DITEC), sempre que se fizer necessário, para obtenção de orientações formais, esclarecimentos de dúvidas técnicas, éticas ou procedimentais.

Art. 14. Esta Portaria Normativa entrará em vigor na data de sua publicação oficial no Diário Oficial do Município de João Pessoa.

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, aos 06 (seis) dias do mês de novembro do ano de 2025.

Bruno Augusto Albuquerque da Nobrega
Procurador-Geral do Município de João Pessoa



Assinado digitalmente por BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREGA - 18/11/2025 - 10:56
Localizador do documento: NpscWjDsZ12KWgXzesyCqsbM
<http://joaopessoa.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/NpscWjDsZ12KWgXzesyCqsbM.pdf>

SEPLAN

PORTARIA Nº 07/2025/SEPLAN

João Pessoa, 14 de novembro de 2025

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA no uso das atribuições previstas no art. 66, parágrafo único, I, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, e considerando o disposto nos art. 117 da Lei nº 14.133 de 2021, e Lei Municipal nº 14781/2023 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar as servidoras Kássia dos Santos Sinhorelli, Matrícula nº 101.291-8 como **Gestor** e Domitilla Una Lima Cardoso, Matrícula nº 101.634-4 como **Fiscal do contrato nº 08004/2023**, cujo objeto é **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS EM ÁREAS URBANAS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB**, proveniente do **Pregão Eletrônico nº 08001/2023**.

Art. 2º – Determinar que o **Fiscal** ora designado observe as funções descritas no subitem 6.4 da cláusula sexta do contrato nº 08004/2023.

Art. 3º – Determinar que o **Gestor** ora designado observe as funções descritas no subitem 6.3 da cláusula sexta do contrato nº 08004/2023.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ayrton Lins Falcão Filho
Secretário de Planejamento



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 585C-EA29-6C50-A475

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ KÁSSIA DOS SANTOS SINHORELLI (CPF 077.XXX.XXX-48) em 14/11/2025 08:56:30 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ DOMITILLA UNA LIMA CARDOSO (CPF 081.XXX.XXX-70) em 14/11/2025 10:18:55 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ AYRTON LINS FALCAO FILHO (CPF 467.XXX.XXX-72) em 17/11/2025 10:02:15 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/585C-EA29-6C50-A475>

Assinado por 3 pessoas: KÁSSIA DOS SANTOS SINHORELLI, DOMITILLA UNA LIMA CARDOSO e AYRTON LINS FALCAO FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/585C-EA29-6C50-A475> e informe o código 585C-EA29-6C50-A475



SEMAM

Portaria nº 014/2025-SEMAM

João Pessoa, 18 de Novembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, no uso das suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8º do Decreto Municipal nº 5.136/2004, alterado pelo Decreto Municipal nº 5.489/2005:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo para acompanhamento e recebimento de gêneros alimentícios do Parque Zoológico Arruda Câmara:

1. CINTIA CLEUB NEVES BATISTA – SEMAM – MAT.: 101.335-3 (FISCAL TÉCNICO)
2. HELZE MELO DE FREITAS LINS – SEMAM - MAT.: 24.457-1 (FISCAL ADMINISTRATIVO)
3. MILENNA SIMÕES DE ARAÚJO – SEMAM –MAT.: 101-339-6 (GESTOR DO CONTRATO)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

WELISON ARAÚJO SILVEIRA

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 2273-D5A1-4867-BC22

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ WELISON ARAUJO SILVEIRA (CPF 008.XXX.XXX-75) em 18/11/2025 12:37:44 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/2273-D5A1-4867-BC22>

SEGGOV

PORTARIA Nº 35/2025-UEP/SEGGOV

João Pessoa, 14 de novembro de 2025.

DESIGNA COMISSÃO FISCAL DO CONTRATO Nº 02.030/2023-UEP/SEGGOV

O COORDENADOR EXECUTIVO DA UNIDADE EXECUTORA DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL, no exercício das competências que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 13.676/2018, de acordo com o Contrato Nº 02.030/2023-CG/UEP/SEGGOV, seus anexos e apêndices, em consonância com a legislação que rege o Programa, resolve:

Art. 1º - Designar como Fiscais do Contrato nº 02.030/2023-UEP/SEGGOV, as servidoras abaixo relacionados, os quais deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo, celebrado com a empresa 3A ENGENHARIA E PROJETOS AMBIENTAIS EIRELI, cujo objeto é a "Execução de Trabalho Social no Antigo Lixão do Roger, no Município de João Pessoa/PB, no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável:

I – Jarmonielle de Oliveira Pereira - Matrícula: 93.435-6, presidente;

II – Mônica Regina Gomes - matrícula 105.409-2, membro.

Art. 2º - Fica, portanto, dispensada da função de membro da Comissão Fiscal a servidora Hayanne Waleska dos Santos Cabral - Matrícula:95.097-1, anteriormente designada para o referido contrato.

Art. 3º - São competências da Comissão Fiscal aquelas previstas nas cláusulas do Contrato Administrativo, seus anexos e apêndices, bem como as atribuições previstas na legislação que rege o contrato, cabendo-lhe ainda:

I – Prestar apoio técnico e operacional ao Gestor do Contrato, subsidiando-o de informações sobre a boa execução contratual;

II – Apropriar-se dos conhecimentos necessários sobre os documentos que regem o contrato;

III – Avaliar e fiscalizar a execução contratual e comunicar irregularidades;

IV – Conferir a regularidade da documentação fiscal e atestar as despesas, conforme estabelecido no contrato.

Art. 4º - Está revogada a Portaria 1 28/2025-UEP/SEGGOV.

Art.5º - Esta portaria produz efeitos a partir da data em que foi expedida.

Vitor Cavalcante de Souza Valério

Coordenador Executivo da Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável

Rougger Xavier Guerra Junior

Secretário de Gestão Governamental do Município de João Pessoa



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 71CA-54D3-403C-4E51

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ VITOR CAVALCANTE DE SOUSA VALÉRIO (CPF 059.XXX.XXX-57) em 14/11/2025 11:45:04
GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ROUGGER XAVIER GUERRA JÚNIOR (CPF 102.XXX.XXX-89) em 17/11/2025 10:00:24 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/71CA-54D3-403C-4E51>

SEMOB



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Nota Empenho


Ano Base: 2025

Unidade Gestora	710202 SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA DE JOÃO PESSOA - SEMOB	Número	2025NE000677	Data Referência	18/11/2025
Gestão	00001 Gestão Geral	Processo		Nota Empenho Original	
Evento	400010 RC09-Emissão de Empenho da Despesa	Referência Legal	Lei 14.133/21	Pré-Empenho	
Credor	36.514.871/0001-27 ATA NOBREAK SISTEMAS DE ENERGIA LTDA	Modalidade Empenho	Ordinário	Empenho Centralizado	Não
Endereço Credor		Valor	25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais)		
Grupo Programação Financeira	004 Investimentos	Obra		Tipo Contrato	
Modalidade Licitação	29 Dispensa Lei 14.133/21	Transação		Obedece Ordem Cronológica	Sim
Complemento		Tipo Prestação Contas			
Unidade Gestora Nota	Descentralização Crédito	Nota Descentralização Crédito			
Gestão Nota Descentralização Crédito		Contrato		Agrupamento Folha	
Histórico Valor empenhado para fazer face ao pagamento com AQUISIÇÃO DE NOBREAK,S. Dispensa de Licitação: 64.007/2025. Processo Administrativo: 20.299/2025.					
Entrega		Prazo		Limite	
Data					
Classificação Orçamentária					
Esfera	Unidade Orçamentária	Programa Trabalho			
Fiscal	71202	04 122.5001 0466 592041			
Função		Subfunção			
04 Administração		122 Administração Geral			
Programa		Ação			
5001 APRIMORAMENTO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		0466 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS			
Subação		Fonte Recurso			
592041 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		1.7.52.010000 Recursos Vinculados ao Trânsito.			
Natureza Despesa					
44.90.52.34 OUTROS MATERIAIS PERMANENTES					
Cronograma Desembolso					
Janeiro	Fevereiro	Março			
Abril	Maio	Junho			
Julho	Agosto	Setembro			
Outubro	Novembro	Dezembro	25.000,00		
Descrição Itens					
Item	Cód. Material	Qtd	Especificação	Unidade Medida	Valor Unitário
					Valor Total

Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Desenvolvido por INDRA

Módulo:
Acompanhamento da Execução Orçamentária

Data e Hora da Emissão: 18/11/2025 às 10:40
Emissor: Fernanda Braga Tavares



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA


Nota Empenho

Ano Base: 2025

Unidade Gestora 710202 SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA DE JOÃO PESSOA - SEMOB	Número 2023NE000677	Data Referência 18/11/2025
Gestão 00001 Gestão Geral	Processo	Nota Empenho Original
Evento 400010 RCO9-Emissão de Empenho da Despesa	Referência Legal Lei 14.133/21	Pré-Empenho
Credor 36.314.871/0001-27 ATA NOBREAK SISTEMAS DE ENERGIA LTDA	Modalidade Empenho Ordinário	Empenho Centralizado Não
Endereço Credor	Valor 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais)	

Marcello Pedro Siqueira Ferreira
Ordenador Primário


Expedito Leite da Silva Filho
Ordenador Secundário



Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Desenvolvido por INDRÁ

Módulo:
Acompanhamento da Execução Orçamentária

Data e Hora da Emissão: 18/11/2025 às 10:40
Emissor: Fernanda Braga Tavares



Assinado por: 1 pessoa - FERNANDA BRAGA TAVARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/D3FA-52FF-3AFC-9FCD>

Página: 2 de 2



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D3FA-52FF-3AFC-9FCD

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:


✓ FERNANDA BRAGA TAVARES (CPF 076.XXX.XXX-67) em 18/11/2025 10:42:45 GMT-03:00

Papel: Parte


Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/D3FA-52FF-3AFC-9FCD>



EMLUR



PORTARIA Nº 211/2025

O SUPERINTENDENTE DA AUTARQUIA SPECIAL MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - EMLUR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Artigos 8º e 34, Parágrafo Único, do Decreto nº 2.242, de 10 de fevereiro de 1992, combinado com a Lei Municipal 10.429/2005, e confor m Memorando Interno nº 164.406/2025 resolve


EXONERAR ROSÁLIA DO NASCIMENTO, Matrícula 52.389-5 do Cargo em Comissão de Assessoria Especial da Superintendência, Símbolo DAS-1, do Quadro de servidores desta Autarquia, por inassiduidade habitual, nos termos dos Arts. 228 e 236, Inciso II, todos da Lei nº 2.380/79 (Estatuto de Servidores Públicos do Município)

Os efeitos administrativos e financeiros desta Portaria retroagem a 01 de Novembro de 2025.


EMLUR – Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana, em 10 de Novembro de 2025.

Dê-se conhecimento.


Ricardo José Veloso
Superintendente



Assinado por: 1 pessoa - RICARDO JOSE VELOSO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/4C28-3330-721C-4D61>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4C28-3330-721C-4D61

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:


✓ RICARDO JOSE VELOSO (CPF 007.XXX.XXX-07) em 11/11/2025 09:22:28 GMT-03:00

Papel: Parte


Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/4C28-3330-721C-4D61>



EXTRATO



EXTRATO Nº 810/2025 DO TERMO ADITIVO Nº. 001/2025 AO CONTRATO Nº. 10.668/2025 PARA ALTERAR A(S) CLAUSULA(S) QUINTA e DÉCIMA TERCEIRA REFERENTE AO (A) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS INCLUINDO TUBO DE RX E INTENSIFICADORES DE IMAGENS EM APARELHOS DE RAIO-X FIXOS DIGITAIS APOLO D DA MARCA VMI CONFORME DISPOSIÇÕES DESTE INSTRUMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E SERV IMAGEM NORDESTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA, ENTIDADE CONTRATADA EM VIRTUDE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13.009/2025.

Proc. Administrativo 26.946/2025

OBJETIVO: Alteração da (s) cláusula (s) QUINTA e DÉCIMA TERCEIRA:

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 A partir deste Termo Aditivo, o valor total estimado do presente contrato passará a ser de **R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais)**, em razão do acréscimo de 50% sobre o valor global originalmente contratado. O valor do acréscimo de 50%, nos termos da Lei nº. 8.666/93, perfaz **R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais)**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Os recursos financeiros necessários para o custeio do Contrato são os seguintes:

Unidade Orçamentária - 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

Subação - 464498 MAC - REDE HOSPITALAR - MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE;

Fonte Recurso - 1.6.00.010000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviço;

Natureza Despesa - 33.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.


As demais Cláusulas do Contrato permanecem inalteráveis.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO (A): SERV IMAGEM NORDESTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA

João Pessoa/PB, Assinatura digital

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP



Assinado por: 1 pessoa - LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/722B-011E-5DF5-2E0E>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 722B-011E-5DF5-2E0E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 17/11/2025 14:13:42 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/722B-011E-5DF5-2E0E>

EXTRATO Nº 831/2025 DO TERMO ADITIVO Nº. 001/2025 AO CONTRATO Nº. 10.467/2025 PARA ALTERAR A(S) CLÁUSULA(S) 3 e 4 REFERENTE AO (A) AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA DESTINADA AS UNIDADES BÁSICAS, REDE ESPECIALIZADA (CEOS) E HOSPITAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DENTAL UNIVERSO LTDA – EPP, ENTIDADE CONTRATADA EM VIRTUDE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13.048/2024.

Memorando (interno) 150.220/2025

OBJETIVO: Alteração da (s) cláusula (s) 3 e 4:

3. PREÇO

3.1 A partir deste Termo Aditivo, o valor total estimado do presente contrato passará a ser de **R\$ 152.218,67** (cento e cinquenta e dois mil, duzentos e dezoito reais e sessenta e sete centavos), em razão do acréscimo de 25% sobre os itens 38, 200, 201, 202, 203, 224, 252, 253, 258, originalmente contratados.

3.2 O valor do acréscimo de 25%, conforme anexo do contrato, nos termos da Leiº. 8.666/93, perfaz **R\$27.720,50 (vinte e sete mil, setecentos e vinte reais e cinquenta centavos).**

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Os recursos financeiros necessários para o custeio do Contrato são os seguintes:

Unidade Orçamentária 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Subação 464497 AP- PISO DA ATENÇÃO PRIMARIA EM SAÚDE - MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMARIA EM

Fonte Recurso 2.6.00.010000 @#Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Se Natureza Despesa 33.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO.

As demais Cláusulas do Contrato permanecem inalteráveis.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO (A): DENTAL UNIVERSO LTDA – EPP

João Pessoa/PB, Data da assinatura digital

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 12B3-1E47-2939-EB90

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 17/11/2025 14:13:35 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/12B3-1E47-2939-EB90>

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 11.071/2025
MEMORANDO Nº 172.895/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13.004/2025
CHAVE CGM: J8F0-B20Q-FTD4-UVQZ

O Fundo Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como Contratante, torna público, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, TERMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, ELETROELETRÔNICOS, MOBILIÁRIOS ADMINISTRATIVOS E HOSPITALARES DIVERSOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS HOSPITAIS MUNICIPAIS, UPAS, SAMU E HOSPITAL DIA, firmado para atender as finalidades precípuas da Administração, terá vigência de 12 (doze) meses, com validade a partir da assinatura do contrato e eficácia legal após a divulgação no PNCP e Portal da Transparência do Município, além da publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, conforme art. 94 e art. 107, da Lei 14.133/21, relativos à PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13.004/2025, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SUBAÇÃO: 3.301.10.302.5005.461484 - INV - HOSPITALAR E AMBULATORIAL - CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS
FONTE DE RECURSOS: 1500 – ORDINÁRIOS
ELEMENTO DESPESA: 44.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CONTRATO	NOME	VALOR
11.071/2025	NOVA INSTRUMENTS EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA	R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais).

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO SECRETÁRIO
MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: F797-9D3E-OFF0-3471

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 13/11/2025 13:32:28 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/F797-9D3E-OFF0-3471>

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 11.079/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 30.404/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13.068/2024
CHAVE CGM: XZ16-F2M9-7GY-Y-0FKO

O Fundo Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como Contratante, torna público, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, TERMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO HOSPITALAR E SOLUÇÕES ELETROLÍTICAS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA, HOSPITAIS, UPAS E ATENÇÃO ESPECIALIZADA, firmado para atender as finalidades precípuas da Administração, terá vigência de 12 (doze) meses, com validade a partir da assinatura do contrato e eficácia legal após a divulgação no PNCP e Portal da Transparência do Município, além da publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, conforme art. 94 e art. 107, da Lei 14.133/21, relativos à PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13.068/2024, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SUBAÇÃO 3.301.10.302.5005.464499 - MAC - AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.
ELEMENTO DESPESA: 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 1500 - ORDINÁRIOS
FONTE DE RECURSOS: 1600 - SUS
FONTE DE RECURSOS: 1621 - TRANSF. REC. ESTADO PROG. SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SUBAÇÃO 13.301.10.302.5005.464498 - MAC - REDE HOSPITALAR - MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.
ELEMENTO DESPESA: 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 1500 - ORDINÁRIOS
FONTE DE RECURSOS: 1501 - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS
FONTE DE RECURSOS: 1600 - SUS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SUBAÇÃO 13.301.10.301.5005.462042 - AF- FARMACIA BÁSICA - MANTER E IMPLEMENTAR A ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - FMS
FONTE DE RECURSOS: 1600 - SUS
FONTE DE RECURSOS: 1500 - ORDINÁRIOS
FONTE DE RECURSOS: 1621 - TRANSF. REC. ESTADO PROG. SAÚDE

CONTRATO	NOME	VALOR
11.079/2025	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA	R\$ 413.057,25 (Quatrocentos e treze mil e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos)

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO SECRETÁRIO
MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: BB9F-FFB0-0730-6F4D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 17/11/2025 09:29:16 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BB9F-FFB0-0730-6F4D>



SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SEDHUC

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

Instrumento: Termo de Fomento nº 52/2025
Concedente: Prefeitura Municipal de João Pessoa,
por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.
Conveniente: INSTITUTO LUTA PELO BEM
CNPJ: 00.643.319/0001-35
Representante Legal: TONNY EVERSON GONDIM ALENCAR
Objeto: Repasse de subvenções sociais, cujo Plano de Trabalho da
Conveniente foi devidamente aprovado pela SEDHUC, com recursos de
Emenda Impositiva.
Vigência: A partir da data da assinatura a 31 de outubro de 2026.
Valor do Repasse: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
Classificação Orçamentária: 72302 28. 845. 5164.617061
Fonte 1.5.00 - Natureza da Despesa: 33.50.43

Assinado por 1 pessoa: MARGIO DIEGO F TAVARES DE ALBUQUERQUE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/310E-6AEA-D376-3AC4> e informe o código 310E-6AEA-D376-3AC4



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS

Código para verificação: 310E-6AEA-D376-3AC4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MARGIO DIEGO F TAVARES DE ALBUQUERQUE (CPF 011.XXX.XXX-02) em 17/11/2025 11:49:49
GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/310E-6AEA-D376-3AC4>



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

EXTRATO DE ADITIVO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.038/2024
MEMORANDO INTERNO 167.610/2025/SEINFRA.
3º Termo Aditivo ao Contrato nº 11.126/2024 – PARA CONSTRUÇÃO DAS PRAÇAS
COLINAS DO SUL, GAUCHINHA, ESPERANÇA, FUNCIONÁRIOS II E COMUNIDADE
MARINÊS, NOS BAIRROS GRAMAME, COSTA E SILVA, ERNANI SÁTIRO,
FUNCIONÁRIOS II E GRAMAME, RESPECTIVAMENTE, NA CIDADE DE JOÃO
PESSOA/PB.
CONTRATANTE: Município de João Pessoa.
CONTRATADA: ENGTECH SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB
O Nº 27.114.499/0001-14
OBJETO: É objeto do presente Aditivo o acréscimo de serviços, com alteração do valor
contratual em R\$ 329.027,70.
BASE LEGAL: Lei nº 14.133 de 2021
SIGNATÁRIOS: Rubens Falcão da Silva Neto PMJP e MÁRIO FIGUEIREDO DO
AMARAL NETO empresa ENGTECH SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA

João Pessoa, 17 de novembro de 2025

Rubens Falcão da Silva Neto
Secretário Municipal de Infraestrutura

Assinado por 1 pessoa: RUBENS FALCAO DA SILVA NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0493-32FB-9952-FBB3> e informe o código 0493-32FB-9952-FBB3



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 05 AO CONTRATO Nº 02.026/2023 UEP/SEGGOV

PARTES:

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, REPRESENTADO PELO SECRETÁRIO DE
GESTÃO GOVERNAMENTAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB.
CNPJ – 08.778.326/0001-56
CONTRATADO – CONSORCIO CETUS LOMACON JOAO PESSOA
CNPJ – 52.888.392/0001-70

PROCESSO: Processo Administrativo nº 14230/2023
LICITAÇÃO: LCP nº 820001/2023

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 02.026/2023/UEP/SEGGOV

CLÁUSULAS ALTERADAS: Anexo 3. Escopo Técnico do Objeto Contratado (Termo de Referência),
subtópico 6 – Prazo de Execução dos Serviços

PRAZO EXECUÇÃO: 26 meses

PRAZO VIGÊNCIA CONTRATUAL: 28 meses

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 26.819.436,49 (vinte e seis milhões oitocentos e dezenove mil
quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e nove centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Classificação Funcional: 71.103.18.5.43.5552.711503
Especificações: Sustentabilidade Ambiental e Recuperação de Áreas Degradadas
Elemento de Despesa: 4.4.90.51
Fonte de Recurso: 754 e 500

FUNDAMENTO LEGAL: GN 2349-15, Regulamento Operacional do Programa, Contrato de
Empréstimo nº 4444/OC-BR e demais legislações que regem o Programa João Pessoa Sustentável.

DATA DA CELEBRAÇÃO: 21/12/2023

PARTES ASSINANTES: CONTRATANTE E CONTRATADO

João Pessoa, data da assinatura eletrônica de 2025.

Vitor Cavalcante de Sousa Valério
Coordenador Executivo da Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável

Rouger Xavier Guerra Junior
Secretário da Gestão Governamental do Município de João Pessoa/PB

1

Assinado por 2 pessoas: VITOR CAVALCANTE DE SOUSA VALÉRIO e ROUGER XAVIER GUERRA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0493-32FB-9952-FBB3> e informe o código 0493-32FB-9952-FBB3



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 0493-32FB-9952-FBB3


Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ VITOR CAVALCANTE DE SOUSA VALÉRIO (CPF 059.XXX.XXX-57) em 18/11/2025 16:31:16
GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ ROUGER XAVIER GUERRA JÚNIOR (CPF 102.XXX.XXX-89) em 18/11/2025 16:37:29 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0493-32FB-9952-FBB3>



SEMOB/JP
Superintendência

AVISO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DO ADITIVO N.º 004/2025 AO CONTRATO N.º 23/2021

Referência:

- CONTRATO N.º 23/2021
- PREGÃO ELETRÔNICO-SRP N.º 03/2021
- MEMORANDO-SEMOB/JP Nº 88.098/2025

Partes:

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA – SEMOB/JP (CONTRATANTE), inscrita no CNPJ nº 09.154.915/0001-26 e SINALVIDA DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA VIÁRIA LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 04.523.923/0001-89 (CONTRATADA).

CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1 – Este aditivo tem como objeto a prorrogação do Contrato nº 23/2021 por mais 12 (dozes) meses, passando seu término para o dia **22.11.2026**, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como permissivo contratual constante na cláusula décima terceira do contrato em comento.

CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1 – O Valor Global do Contrato nº 23/2021 fica reajustado, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, no percentual de 5,63%, referente ao período de 27.09.2024 a 27.09.2025.

2.2 – O Valor Global do Contrato nº 23/2021, após aplicado o reajuste que se refere no item 2.1, passará a ser no importe de R\$ 6.650.073,25 (seis milhões, seiscentos e cinquenta mil, setenta e três reais e vinte e cinco centavos).

2.3 - As despesas com a execução deste aditivo estão programadas, para o exercício corrente, na dotação orçamentária: 71.202.26.782.5020.592048.33.90.30.

CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1 - Permanecem em vigor todas as demais cláusulas e condições constantes no Contrato Original e Termos Aditivos, não expressamente alterados por este Termo.

Publique-se e Cumpra-se.

João Pessoa-PB, 18 de novembro de 2025.

MARCÍLIO PEDRO SIQUEIRA FERREIRA
Superintendente – Semob/JP

Assinado por 3 pessoas: GUSTAVO ANTONIO NOBREGA DA SILVA BARROS, MARCOS HOLMES M JUNIOR e MARCÍLIO PEDRO SIQUEIRA FERREIRA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/6931-E2A2-53B1-7A3C> e informe o código 6931-E2A2-53B1-7A3C



EXTRATO N.º 253/2025


O Instituto Cândida Vargas, ora Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, **PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ANTIMICROBIANOS PARA O INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS**, de modo a atender as finalidades precípuas da Administração, **terá vigência de 12 (doze) meses**, relativos ao Pregão Eletrônico 62.015/2025, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

- 452110 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar;
- 3.3.90.30 – Elemento de Despesa: Material de Consumo;
- 1.6.59.01 - Fonte de Recursos: Outros Recursos Vinculados à Saúde.


CONTRATO	CONTRATADA	VALOR	DATA
62.402/2025	KASMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	R\$ 1.902,00 (Um mil, Novecentos e Dois Reais)	18 de novembro de 2025

INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS/PMJP
QUINTINO REGIS DE BRITO NETO
Diretor Geral do Instituto Cândida Vargas
CONTRATANTE





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 559E-BDDA-4021-7F1D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓
- QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 18/11/2025 11:05:02 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/559E-BDDA-4021-7F1D>

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Instrumento: Termo Aditivo 004 ao Contrato nº 034/2021

Objeto: O presente Termo tem por finalidade a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 034/2021 pelo período de 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 03/12/2025 a 03/12/2026.

Partes: EMLUR – Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana, CNPJ nº 08.806.838/0001-89 (CONTRATANTE) e SINTURJP – SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA (CONTRATADA), CPF nº 70.116.132/0001-69

Processo: 154.633/2025 – 1Doc
Modalidade: Inexigibilidade 61.006/2021
Signatários: Superintendente, Ricardo José Veloso e SINTURJP – SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, representante legal da empresa contratada.
Vigência: 03/12/2025 a 03/12/2026
Valor Global : R\$ 1.806.744,00 (um milhão, oitocentos e seis mil, setecentos e quarenta e quatro reais).
Chave CMG: SC86-GRGO-X2BO-WP1F

Recursos Financeiros:

Dotação Orçamentária	Fonte de Recurso	Elemento de Despesa
04 122 5001.582041	1500	33.90.49

Assinatura: 13/11/2025


Publique-se e Cumpra-se.

João Pessoa, 17 de novembro de 2025.


RICARDO JOSÉ VELOSO
SUPERINTENDENTE

Assinado por 1 pessoa: RICARDO JOSÉ VELOSO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/28C8-EEAB-BC1E-312E> e informe o código 28C8-EEAB-BC1E-312E





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 28C8-EEAB-BC1E-312E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓
- RICARDO JOSÉ VELOSO (CPF 007.XXX.XXX-07) em 17/11/2025 14:32:55 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/28C8-EEAB-BC1E-312E>



EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO DE Nº 0639/2025.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA - FUNJOPE.

CONTRATADO (A): GRUPO IMAGINART FESTAS E FANTASIAS.

OBJETO: Contrata o referido grupo para uma apresentação no dia 26 de novembro de 2025, com horário previsto às 16h, no evento "ABERTURA DA EXPOSIÇÃO DO PRESÉPIO NATALINO 2025", na Casa da Pólvora.

VALOR TOTAL: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

João Pessoa, 14 de novembro de 2025.

ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA
Diretor Executivo – FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 83EF-A15D-C119-FE38

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA** (CPF 549.XXX.XXX-68) em 18/11/2025 14:11:30 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/83EF-A15D-C119-FE38>



EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO DE Nº 0641/2025.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA - FUNJOPE.

CONTRATADO (A): GRUPO MARACATU PÉ DE ELEFANTE.

OBJETO: Contrata o referido grupo para uma apresentação no dia 20 de novembro de 2025, com horário previsto às 17h, no evento "7ª Marcha de Rua da Negritude Unificada da Paraíba", no Parque Sólón de Lucena, Centro.

VALOR TOTAL: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

João Pessoa, 14 de novembro de 2025.

ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA
Diretor Executivo – FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: D495-A46D-FAF2-D694

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA** (CPF 549.XXX.XXX-68) em 18/11/2025 11:45:23 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/D495-A46D-FAF2-D694>



EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO DE Nº 0642/2025.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA - FUNJOPE.

CONTRATADO (A): JANY SANTOS.

OBJETO: Contrata a referida artista para uma apresentação no dia 20 de novembro de 2025, com horário previsto às 16h, no evento "Dia da Consciência Negra 2025", no Parque Sólón de Lucena, bairro Centro.

VALOR TOTAL: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

João Pessoa, 14 de novembro de 2025.

ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA
Diretor Executivo – FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 97B8-0F65-A7D8-AA60

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA** (CPF 549.XXX.XXX-68) em 18/11/2025 14:11:44 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/97B8-0F65-A7D8-AA60>

AVISO

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
CHAVE GGM: H289-49CD-L9V9-LG5D

Pregão Eletrônico SRP nº 06.044/2025 – LEI nº 14.133/2021
Número COMPRAS.GOV: 9.6044/2025
UASG: 982051

Em razão da necessidade de prazo maior para análise do pedido de esclarecimento recebido, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Pregoeira, torna público que, a licitação acima descrita, marcada para acontecer no dia 19/11/2025 às 09h00min (horário de Brasília), cujo objeto consiste no "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES DEMANDANTES", fica SUSPensa, "sine die", devendo oportunamente ser fixada nova data.

João Pessoa, 18 de novembro de 2025.

Lucélia Alves Silva
Pregoeira

Assinado por 1 pessoa: LUCÉLIA ALVES SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E57A-774A-D827-EC04> e informe o código E57A-774A-D827-EC04





VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: E57A-774A-D627-EC04

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUCELIA ALVES SILVA (CPF 008.XXX.XXX-50) em 18/11/2025 10:14:03 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/E57A-774A-D627-EC04>

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 2.527/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.047/2025
COMPRAS.GOV: 90.047/2025
CHAVE CGM: VG7S-ISVG-CQKV-TKTD
OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, PARA OS SERVIÇOS DE SAÚDE VINCULADOS À REDE ESPECIALIZADA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

A Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa, através de seu Pregoeiro, Danilo Coêlho Rodrigues, vem por meio deste tornar público, a suspensão da licitação que estava prevista para o dia 24/11/2025 às 09:00h, com data a ser designada posteriormente, tendo em vista alterações no Edital/Termo de Referência. Consultas com o Pregoeiro e sua equipe de apoio, no HORÁRIO das 08:00h às 14:00h, no Fone: (83) 3213-7534 ou pelo e-mail cel.smsjp@gmail.com.

João Pessoa, 18 de novembro de 2025.

Danilo Coêlho Rodrigues
Pregoeiro da CSL



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 9DF8-87C9-AB54-70CA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ DANILO COÊLHO RODRIGUES (CPF 072.XXX.XXX-66) em 18/11/2025 11:32:17 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/9DF8-87C9-AB54-70CA>

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 32.309/2025- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.090/2025
COMPRAS.GOV: 90.090
CHAVE CGM: C7WE-XZWG-CSS3-654B
DATA DE ABERTURA: 05/12/2025 – ÀS: 09:00hs. (HORÁRIO DE BRASÍLIA)
OBJETO: REABERTURA DE REGISTRO DE PREÇOS DOS ITENS FRACASSADOS NO PE 13.022/2025 PARA AQUISIÇÃO DE BOLSAS DE COLOSTOMIAS E UROSTOMIAS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E MAIS 20 MUNICÍPIOS DESTINADAS ÀS UNIDADES HOSPITALARES, REDE ESPECIALIZADA (POLICLINICAS).

O Fundo Municipal de Saúde de João Pessoa, através de sua Pregoeira Larissa Ramalho Mendes torna público, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o critério do menor preço por item. O Edital ficará à disposição dos interessados no prazo prescrito na legislação pertinente, no site - www.gov.br/compras/pt-br/, e no site <https://transparencia.joapessoa.pb.gov.br/#/licitacoes>. Consultas com a Pregoeira e sua equipe de apoio, no HORÁRIO das 08:00h às 14:00h, no Fone: (83) 3213-7534 ou pelo e-mail cel.smsjp@gmail.com. Fundamentação legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 10.372/2023, Decreto Municipal nº 10.541/2024, Decreto Municipal nº 10.251/2023, Decreto Municipal 10.445/2023, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.563/2024, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

João Pessoa, de 18 de novembro de 2025.

Larissa Ramalho Mendes
Pregoeira da CSL
SMS-JP



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 48A1-E91C-F7D4-F406

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LARISSA RAMALHO MENDES (CPF 116.XXX.XXX-80) em 18/11/2025 11:34:58 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/48A1-E91C-F7D4-F406>

TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.053/2024

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/SEDEC, E A EMPRESA **PB CLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA.**

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura - SEDEC, com sede na Rua Diógenes Chianca, 1777 – Água Fria – João Pessoa/PB, inscrita no CNPJ sob o nº 08.778.326/0001-56, neste ato representada pela Secretária de Educação e Cultura, Sra. **MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO**, brasileira, inscrita no CPF nº 308.418.104-78, portadora da Carteira de Identidade nº 7844817, SSP/PB, doravante denominada CONTRATANTE, e a **PB CLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA**, inscrita(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.499.826/0001-11, sediado(a) na Rua Professor Manoel Coutinho nº 408 - Sala nº 001, Bairro dos Estados, CEP: 58030-222 em João Pessoa – Paraíba, telefone: (83) 4141-5951, e-mail: pbclimarefrigeracao@gmail.com, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Carlos Roberto Meira Filgueira Filho, portador da Carteira de Identidade nº 3.305.801, expedida pelo(a) SSP/PB, e CPF nº 082.866.864-70, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo – 1doc nº 29.485/2025 e 14.509/2024, e em observância às disposições das Leis nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 10.445/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 10.009/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 10.053/2024, que se encerra no dia 19 de novembro de 2025, por mais 12 (doze) meses, ficando vigente até 19 de novembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O valor inicial do contrato permanece inalterado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Assinado por 1 pessoa: LARISSA RAMALHO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/48A1-E91C-F7D4-F406> e informe o código 48A1-E91C-F7D4-F406

Assinado por 1 pessoa: DANILO COÊLHO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/9DF8-87C9-AB54-70CA> e informe o código BDC1-D5C3-0074-319C

Assinado por 1 pessoa: CARLOS ROBERTO MEIRA FILGUEIRA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/BDC1-D5C3-0074-319C> e informe o código BDC1-D5C3-0074-319C



CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas necessárias ao pagamento do contrato decorrerão de:

CLASSIFICAÇÃO	ELEMENTO	FONTE
10.101.12.361.5417.102498 (ESCOLAS)	3.3.90.39	500 -Recursos não vinculados de impostos 543 – FUNDEB – Complementação da União - VAAR 550- FNDE (Salário-Educação)
10.101.12.365.5417.102682 (CMEIs)	3.3.90.39	500 -Recursos não vinculados de impostos
10.101.12.122.5417.102785 (ADMINISTRATIVO)	3.3.90.39	500 -Recursos não vinculados de impostos

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo tem fundamento no Processo Administrativo 14.509/2024, e no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – RATIFICAÇÃO

As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 10.053/2024, não alteradas pelo presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 91 da Lei nº 14.133/2021, o presente aditamento será publicado e Mantido à disposição em sítio eletrônico oficial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Ficam mantidas as condições de habilitação definidas no Edital, com base na Lei 14.133 de 2021, com toda a documentação jurídico-fiscal da contratada, atualizada, presente nos autos.

CLÁUSULA OITAVA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

A contratada reconhece que se encontra mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ressalvados os direitos de reajuste da mesma.

CLÁUSULA NONA - DA ACEITAÇÃO

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente ADITIVO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

João Pessoa, datado eletronicamente.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO

CONTRATANTE

PB CLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA

CNPJ nº 09.499.826/0001-11

Carlos Roberto Meira Filgueira Filho

CPF nº 082.866.864- 70



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: BDC1-D5C3-0074-316C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CARLOS ROBERTO MEIRA FILGUEIRA FILHO (CPF 082.XXX.XXX-70) em 18/11/2025 14:25:58
GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BDC1-D5C3-0074-316C>

Assinado por 1 pessoa: CARLOS ROBERTO MEIRA FILGUEIRA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BDC1-D5C3-0074-316C>



CIDADE COM
SOM ALTO,
EDUCAÇÃO
LÁ EMBAIXO.

SEJA SEMPRE EDUCADO.

Em casa, na rua, na praia, no trânsito,
no barzinho ou em qualquer lugar,
poluição sonora não é legal.
Ela prejudica a nossa saúde,
o meio ambiente e é crime.

SE PRECISAR, DENUNCIE.
3218-9208

